

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA INSTITUCIONAL

ALEXANDRE MAGNO VIEIRA DE PAULA

**O COTIDIANO DE VITÓRIA NAS PÁGINAS DOS JORNAIS A
GAZETA E A *TRIBUNA*: PRÁTICAS, COMPORTAMENTOS E
MODOS DE VIDA (1945-1955)**

VITÓRIA
2013

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

Paula, Alexandre Magno Vieira de, 1974-
P324c O cotidiano de Vitória nas páginas dos jornais *A Gazeta* e *A Tribuna*: práticas, comportamentos e modos de vida (1945-1955) / Alexandre Magno Vieira de Paula. – 2013.
82 f.

Orientador: Lilian Rose Margotto.

Coorientador: Elizabeth Maria Andrade Aragão.

Dissertação (Mestrado em Psicologia Institucional) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Ordem social. 2. Imprensa - Vitória (ES). 3. Urbanização. 4. Vitória (ES) – História. I. Margotto, Lilian Rose, 1967-. II. Aragão, Elizabeth Maria Andrade. III. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Humanas e Naturais. IV. Título.

CDU: 159.9

ALEXANDRE MAGNO VIEIRA DE PAULA

**O COTIDIANO DE VITÓRIA NAS PÁGINAS DOS JORNAIS A
GAZETA E A TRIBUNA: PRÁTICAS, COMPORTAMENTOS E
MODOS DE VIDA (1945-1955)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia Institucional, na área de concentração Processos Educacionais, História e Cidadania

Orientadora: Prof^aDr^a Lilian Rose Margotto.

Co-orientadora: Prof^aDr^a Elizabeth Maria Andrade Aragão

VITÓRIA
2013

ALEXANDRE MAGNO VIEIRA DE PAULA

**O COTIDIANO DE VITÓRIA NAS PÁGINAS DOS JORNAIS A
GAZETA E A TRIBUNA: PRÁTICAS, COMPORTAMENTOS E
MODOS DE VIDA (1945-1955)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia Institucional.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Lilian Rose Margotto
Universidade Federal do Espírito Santo
Orientadora

Prof^a. Dr^a. Elizabeth Maria Andrade Aragão
Universidade Federal do Espírito Santo

Prof^a. Dr^a. Luciana Vieira Caliman
Universidade Federal do Espírito Santo

Prof^a. Dr^a. Maria Cecília Cortez Christiano de Souza
Universidade de São Paulo

RESUMO

O principal objetivo deste trabalho foi apresentar a forma como os jornais capixabas *A Gazeta* e *A Tribuna* noticiavam os acontecimentos, comportamentos e modos de vida no cotidiano da cidade de Vitória (ES) no período de 1945 a 1955.

Neste estudo, os jornais, enquanto meios de comunicação mediada, foram considerados em sua importância e capacidade de influência nos processos de transformações sociais. Naquele momento histórico, a cidade de Vitória experimentava uma série de mudanças de ordem econômica e social. E os planos de crescimento econômico e desenvolvimento urbano baseados nos preceitos do progresso, da ordem e da moralidade eram divulgados e, num certo grau, apoiados pelos jornais capixabas.

Vitória era apresentada como “Cidade Presépio” pela sua beleza natural, seu bucolismo e, ao mesmo tempo, visava-se um centro regional portuário e comercial com potencial econômico. Surgem, então, os problemas gerados pelas contradições entre essa visão progressista e o “Presépio”. Entre eles, estavam os conflitos urbanos relacionados, em geral, à falta de espaço físico e à ocupação e funcionamento desordenados de alguns bairros.

É nesse contexto do cotidiano da capital capixaba que os jornais, através dos temas abordados em notícias e artigos, funcionavam como uma espécie de instrumentos normatizadores, visando o controle de práticas, comportamentos e modos de vida considerados inadequados ao conjunto de costumes e valores morais vigentes naquela época na sociedade capixaba. E, para isso, eram também evocadas, nas páginas jornalísticas, campanhas de saneamento urbano (da cidade) e moral (de seus habitantes)

Palavras-chaves: história, imprensa, urbanização, ordem social, Vitória.

ABSTRACT

The main purpose of this work was to present the way the *capixaba* journals *A Gazeta* and *A Tribuna* used to report the facts, behavior and the daily ways of life in Vitória (ES.) from 1945 until 1955.

In this study, the newspapers, as means of mediated communication, were taken by their importance and their capacity of influence in the social transformation processes. At that historical moment, the city of Vitória experienced several changes. So, the plans to economic growing and urban development based on the progress precepts, on the order and morality were widespread. Yet, in a certain degree, they were supported by both journals.

Vitória was presented as "*Cidade Presépio*" due its natural beauty, and, at the same time, it was projected to be a regional and a port center with economic potential. As a result, some problems came due to the contradictions between a progress vision and the '*Presépio*'. Among them were the urban conflicts related, in general, to the lack of geographic space and incorrect occupation of some neighbourhoods.

It was in that daily context within the *capixaba* capital that both journals, through their themes in the news and articles, worked as a kind of ruling instruments by seeking the control of practice, behavior, and ways of life that were seen as inappropriate to the set of customs and current moral values within the *capixaba* society. To reach their intent they claim in the journalistic pages for the urban (to the city) and moral (to their citizens) sanitation.

SUMÁRIO

Introdução	08
1 Mídia	13
1.1 Conceitos	13
1.2 Desenvolvimento dos meios de comunicação e transformações sociais	14
1.3 O desenvolvimento da imprensa no Brasil	19
1.4 Aspectos históricos da imprensa capixaba	21
2 Cenários de Vitória	25
2.1 Vitória: entre a cidade-presépio e o desejo de progresso	25
2.2 Vitória e os cenários indesejáveis	30
3 Imprensa capixaba: ordem, progresso e saneamento moral para Vitória	40
3.1 As campanhas de saneamento moral	41
3.2 Práticas, comportamentos e modos de vida no cotidiano da cidade e nas páginas policiais	45
3.3 Indivíduos desconhecidos e perigosos nas páginas policiais de Vitória	73
3.4 Os jornais como canais de denúncias	77
Considerações finais	79
Referências bibliográficas	82

INTRODUÇÃO

O principal objetivo deste estudo foi analisar a forma como os principais jornais capixabas noticiavam e interpretavam acontecimentos, práticas, comportamentos e modos de vida no cotidiano da cidade de Vitória (ES) no período de 1945 a 1955.

Para isso, foram utilizados como fontes os jornais capixabas *A Tribuna* e *A Gazeta*; mais especificamente reportagens e artigos destes jornais, sendo esta uma pesquisa documental e qualitativa.

Alguns dos pesquisadores que utilizaram notícias de jornais como uma das fontes em pesquisas históricas: Chalhoub (2001), em trabalho sobre o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro no início do século XX; Bretas (1997), ao abordar o exercício da autoridade policial no Rio de Janeiro entre 1907 e 1930; e Fausto (1999), em estudo sobre crime e criminalidade na cidade de São Paulo entre 1880 e 1924. Mas, nos estudos citados, os autores utilizaram os jornais como fontes complementares.

Entretanto, no presente estudo, o jornal foi utilizado como principal fonte de dados e informações sobre uma cidade e os acontecimentos sociais que nela ocorreram em determinado momento histórico. Sendo este instrumento de comunicação – o jornal, aqui considerado, um olhar sobre a cidade, dentre outros possíveis.

Thompson (2011), por exemplo, afirma que os meios de comunicação são muitas vezes tratados às margens das ciências sociais, mas que na verdade deveriam ter considerada sua importância nos processos de transformações sociais. Pois, Vaz (2009, p. 58) em suas pesquisas sobre mídia, considera que “no caso do crime, a mídia é tida dizer a verdade sobre o que acontece numa cidade”.

Sendo assim, a mídia pode ser considerada até bem mais que um olhar possível e válido sobre os acontecimentos sociais, pois, mais que isso, funcionaria como instituição capaz de elaborar verdades.

Nesse sentido, este estudo tem como principal referencial teórico a teoria social da mídia, desenvolvida por Thompson (2011), em que ele defende a

importância e a influência dos meios de comunicação nos processos de transformações sociais.

Um recorte temporal:

A opção por um estudo histórico teve a influência de uma interessante ideia desenvolvida por BURKE (2003, p. 12): a “desfamiliarização”. Em relação ao termo, ele afirma que “quando se habita um sistema, ele aparece em geral como ‘senso comum’”, e “o que é conhecido sempre parece sistemático, provado, aplicável e evidente para aquele que conhece”; de outro modo, “todo sistema alheio de conhecimento” parece “contraditório, não provado, inaplicável, irreal ou místico”.

Neste estudo, haveria uma “desfamiliarização” temporal em relação aos conteúdos pesquisados. E, também no caso, o cuidado foi necessário no sentido de tentar não imprimir marcas de preconceito ao analisar fatos passados.

O período escolhido para ser estudado foi de 1945 a 1955, devido a algumas peculiaridades do momento histórico para o Brasil, e especificamente para o Estado do Espírito Santo, sobretudo para a cidade de Vitória.

Em primeiro lugar, porque foi um período democrático entre duas ditaduras que o Brasil enfrentou: a da Era Vargas (do presidente Getúlio Vargas), até 1945 e a do Regime Militar, a partir de 1964. O país passava por um momento de reabertura política e, então, presumidamente, os acontecimentos poderiam ser abordados livremente pelos meios de comunicação, sem controles autoritários.

Em segundo lugar, por ser um momento histórico em que Vitória conhecia uma série de transformações urbanas recentes, ocasionadas pelas mudanças no cenário econômico. São deste período as ferrovias integrando Vitória a cidades do interior do Estado e a Minas Gerais, as obras de melhoria no Porto de Vitória, o aumento das exportações de café, o início das exportações de minério etc., que permitiram desenvolvimento econômico e crescimento populacional com a vinda de migrantes provenientes, principalmente da Bahia e de Minas Gerais.

Os dados da Tabela 1, inserida a seguir, demonstram que o crescimento populacional de Vitória teve percentuais elevados (106%) entre 1920 e 1940; mantendo-se razoavelmente estável entre 1940 e 1950; depois, acelerando

novamente entre 1950 e 1960, com crescimento de 67%. O município de Vila Velha (vizinho à Vitória), nos dez anos entre 1950 e 1960, também teve um alto crescimento populacional de 93%.

TABELA 1 – CRESCIMENTO POPULACIONAL

Cidades/ Regiões	População residente			
	1920	1940 ¹	1950 ²	1960 ³
Vitória	21.866	45.212	50.922	85.242
Vila Velha	-	-	29.127	56.445
Grande Vitória	-	91.570	110.931	198.265
Espírito Santo	457.328	750.107	861.562	1.180.000

Fonte: IBGE (1946; 1952; 1962)

Nota: Dados adaptados pelo autor.

E, por fim, em terceiro lugar é preciso destacar a importância que meios de comunicação impressos possuíam à época, dada a quase que ausência de outras alternativas para a transmissão de informações. Assim, os jornais impressos possuíam uma relevância, no sentido de disseminar informações que talvez poucos meios de comunicação desfrutem sozinhos atualmente.

Das fontes utilizadas e sobre o modo como a coleta de dados foi efetuada:

Foram utilizados como fontes os principais jornais capixabas, *A Tribuna* e *A Gazeta*; mais especificamente as reportagens e os artigos destes jornais,

¹ IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Anuário estatístico do Brasil - 1946. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1947.

² IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Anuário estatístico do Brasil - 1952. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1953.

³ IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Anuário estatístico do Brasil - 1962. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1962.

publicados no período de 01/01/1945 a 31/12/1954. O material analisado foi coletado tanto em reportagens das seções policiais quanto em reportagens especiais, notícias da seção de política, em cartas publicadas em espaços do leitor e em colunas e artigos assinados por autores.

Os dados de exemplares do jornal *A Gazeta* foram coletados utilizando o acervo do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, com páginas das edições microfilmadas. Já os dados de exemplares do jornal *A Tribuna* foram coletados utilizando o acervo do Arquivo Público Municipal de Vitória, com edições originais encadernadas.

Alguns problemas foram enfrentados durante a fase de coleta de dados, dentre eles: alguns (poucos) microfilmes das edições de *A Gazeta* estavam ilegíveis; algumas edições de *A Tribuna* estavam mal conservadas, com diversas páginas perdidas pela ação do tempo e das traças. Além disso, no acervo do Arquivo Público Municipal de Vitória não estavam disponíveis as edições de *A Tribuna* dos anos de 1953 e 1954. Sendo que o próprio jornal *A Tribuna* não disponibiliza espaço para pesquisa em sua sede.

Por isso, é importante ressaltar que o período pesquisado do jornal *A Tribuna*, ficou um pouco prejudicado, sem a coleta de dados das edições dos anos de 1953 e 1954.

A amostragem coletada foi de seis meses por cada ano pesquisado. Em cada mês foram coletadas informações de todas as edições (dias) disponíveis nos acervos utilizados.

Apresentação:

No primeiro capítulo é discutido o conceito de mídia, o desenvolvimento dos meios de comunicação e sua importância para a compreensão dos processos de transformações sociais, o desenvolvimento da imprensa no Brasil e os aspectos históricos da imprensa capixaba.

O segundo capítulo trata dos “cenários” da cidade de Vitória construídos e/ ou difundidos pelos textos jornalísticos da época: a imagem idealizada de cidade-presépio; Vitória projetada em seu potencial de progresso; e os bairros representados como cenários indesejáveis.

No terceiro capítulo são abordados e discutidos os ideais de ordem, progresso e moralidade divulgados pela imprensa capixaba; e quais os efeitos desses

ideais como filtros de interpretação de acontecimentos, práticas, comportamentos e modos de vida no cotidiano da cidade.

1 MÍDIA

1.1 Conceitos

Sarz (2009, p.102) lembra que a palavra mídia vem de “uma corruptela com sotaque anglo-saxão da bonita e expressiva palavra latina *media*”. Além disso, a palavra como utilizada no Brasil “reduz ao singular o que era plural em latim e inglês”, pois *media* são os meios. Sendo que, inclusive, algumas vezes o termo “mídias” é utilizado como plural de mídia - seja por esquecimento, desconhecimento ou pouco caso em relação à origem da palavra que deriva do singular *medium*.

A utilização da palavra mídia é considerada recente em pesquisas na área de comunicação no Brasil, aparecendo com mais frequência a partir da década de 1990.

Num esforço para dar conta da novidade, Guazina (2007, p. 50), sugere a uma “inter-relação teórica convergente entre as perspectivas da Comunicação, Sociologia, Ciência Política e, até mesmo, Psicologia Social” que envolveu o emprego da palavra mídia em estudos multidisciplinares, quando ela “ganhou destaque, sendo empregada em análises que pretendiam explicar o poder institucional e de representação dos meios de comunicação no mundo político contemporâneo”.

Segundo Guazina (2007, p.51), “apesar do largo emprego, é difícil encontrar uma definição consensual explícita do conceito de mídia entre os pesquisadores do campo da Comunicação” e “seu uso predominante, pelo menos até 2004, parte de uma quase extensão ou decorrência natural de conjunto de meios de comunicação”.

O termo mídia tem sido utilizado genericamente para designar imprensa, meios de comunicação, jornalismo, grande imprensa etc. Sendo também utilizado para designar o conjunto das instituições que realizam comunicação humana por meios/ recursos tecnológicos (jornais, revistas, rádio, televisão, internet).

Desde a invenção e aperfeiçoamento da imprensa até o desenvolvimento do rádio, da televisão e da internet, os meios de comunicação inovaram ao possibilitar outras formas de interação entre as pessoas para além da interação

face-a-face, ou seja, através das interações mediadas expandiram a capacidade de comunicação no espaço e no tempo.

Desta forma, o termo mídia será utilizado neste capítulo para se referir a uma determinada instituição ou ao conjunto de instituições de comunicação mediada que se utilizam de meios/ recursos tecnológicos diversos, possibilitando a transmissão de informações e conteúdos simbólicos entre pessoas (ou grupos de pessoas), envolvendo a capacidade de extensão das relações sociais através do tempo e do espaço.

Entretanto, este trabalho tem como proposta a análise de conteúdos produzidos por um meio específico de comunicação mediada: a mídia impressa.

1.2 Desenvolvimento dos meios de comunicação e transformações sociais

Por muito tempo a mídia vem sendo considerada uma região um tanto periférica da vida social, de importância secundária com relação às instituições essenciais das sociedades modernas tais como o estado, a economia, a família e assim por diante, e as disciplinas que desenvolveram com o objetivo de estudar a mídia foram tratadas como campos especializados às margens das ciências sociais, como se fosse primos distantes cujas afinidades eram reconhecidas, mas que realmente não eram bem-vindos na festa familiar. (THOMPSON, 2011, p.8)

A análise de Thompson (2011), a partir da proposta de uma teoria social da mídia, procura demonstrar que não se tem dado à mídia a importância necessária em relação à sua participação e influência no surgimento das sociedades modernas e nas permanentes transformações sociais. Com o desenvolvimento dos diversos meios de comunicação e de sua expansão de alcance no tempo e no espaço, as relações entre pessoas e povos, com a cultura, a informação e os conhecimentos mudaram bastante; primeiro com os livros e folhetos, depois com os jornais e revistas, seguidos pelo telégrafo, telefone, rádio e televisão, e atualmente com a Internet e todos os seus

recursos tecnológicos. Assim como, com certeza, o desenvolvimento dos meios de transportes também contribuiu para aumentar e tornar mais rápidos os fluxos de informações.

Vaz (2009, p.56-58), por sua vez, defende a importância do discurso midiático na produção de subjetividade a ponto de poder “orientar novas formas de um indivíduo ser pensado [...] e de se pensar”. Pois, assim como as ciências humanas, a mídia “também possui um lugar social que a autoriza a enunciar o verdadeiro”.

Portanto, mesmo partindo de pontos de discussão diferentes, mas não divergentes, os autores citados sugerem um lugar privilegiado para a mídia na construção e na reelaboração de produtos e contextos sócio-históricos.

Ainda neste sentido, Thompson (2011) questiona a escassez de trabalhos em que a mídia é tratada com seriedade, sugerindo como possível causa de tal esquecimento certa suspeição em relação à mídia como sendo terreno do efêmero e do superficial.

Entretanto, o desenvolvimento dos meios de comunicação alterou as formas dos intercâmbios simbólicos, permitindo a transmissão de ideias e informações entre pessoas distantes no espaço e no tempo, produzindo novas formas de interação no mundo social, ou seja, criando e recriando novos estilos de viver e de se relacionar com os outros.

Além das interações face-a-face, que constituíam a maior parte interações sociais cotidianas, Thompson (2011) propõe outros dois tipos de interação introduzidos pelo uso dos meios de comunicação como recursos que proporcionaram a extensão de limites das relações sociais através do tempo e do espaço: a “interação mediada” e a “interação quase-mediada”. No caso da “interação mediada”, as pessoas se utilizam de recursos técnicos como o telefone para interagir, de forma dialógica (comunicação de dupla via) à distância com outras pessoas. Já na “interação quase-mediada”, os meios de comunicação proporcionam a transmissão de formas simbólicas entre pessoas distantes no espaço e no tempo, mas de forma monológica (via quase sempre de direção única).

Em outras palavras, o desenvolvimento dos meios de comunicação propiciou o intercâmbio de formas simbólicas para além dos locais compartilhados da vida cotidiana, permitindo a circulação de ideias e conhecimentos, não restrita ao

intercâmbio de palavras em contextos de interação face-a-face (THOMPSON, 2011).

Entretanto, o desenvolvimento dos meios de comunicação, desde a invenção da imprensa de Guttenberg, não ocorreu ao acaso, mas foi influenciado principalmente pelas necessidades de expansão do modelo capitalista de produção de bens e de significados. Pois, surgiram nas grandes cidades europeias, entre os séculos XVI e XIX, necessidades internas de circulação de informações como comunicações oficiais do estado, comentários políticos, comunicação de rituais religiosos ou cívicos, informações sobre lazer e sobre onde encontrar bens e serviços, informações sobre negócios e bolsas de valores necessárias a comerciantes e especuladores da época. Também o comércio internacional estava crescendo, com grandes famílias de mercadores instalando filiais em cidades de outros países, necessitando da criação de um tipo de banco de dados e de recorrer a recursos cada vez mais rápidos e eficientes de transmissão de informações (BURKE, 1995).

Assim, Burke (1995, p.197) afirma que a “comunicação se tornou sempre mais eficiente com o passar do tempo [...] em termo de necessidades, como respostas à confusão provocada pelo crescimento das grandes cidades”.

Com o crescimento dos grandes centros urbanos, surgiu a necessidade cada vez maior de circulação de informação e comunicação através de recursos mediados. Neste contexto surgiram os primeiros jornais, num primeiro momento com notícias sobre outros locais, mas depois, principalmente com notícias sobre as próprias cidades, como meio de informação de acontecimentos locais sobre temas diversos como comércio, política e eventos religiosos e culturais.

A importância e o potencial de influência dos meios de comunicação tornou possível a transformação de formas simbólicas em mercadorias a serem vendidas e compradas no mercado.

O desenvolvimento das indústrias da mídia, isto é, “das numerosas organizações que [...] têm se interessado pela exploração comercial das inovações técnicas, tornou possível a produção e a difusão generalizada das formas simbólicas” (THOMPSON, 2011, p. 53) e a consequente mercantilização dessas formas simbólicas.

As indústrias da mídia (impressa), no século XIX, cresceram e se fortaleceram controladas pelo Estado, mas logo se livraram dessas amarras através da defesa do princípio da liberdade de imprensa que, em sintonia aos interesses burgueses, transferiram a imprensa à iniciativa privada, “o que significava, evidentemente, a sua entrega ao capitalismo em ascensão”. Tal processo se deu antes nos Estados Unidos e, só depois nos países europeus, devido às barreiras remanescentes do passado feudal, “adrede mantido, por vezes, pela própria burguesia, como escudos contra o avanço, embora ainda lento, do proletariado e do campesinato”. (SODRÉ, 1999, p. 2)

Thompson (2011) considera as instituições da mídia, ao lado das instituições religiosas e das educacionais, como uma das instituições culturais historicamente importantes na acumulação dos meios de informação e de comunicação, constituindo no conjunto o que ele denomina poder simbólico. E a mídia, como uma das instituições com capacidade de produção e transmissão de formas simbólicas, que produz uma nova visibilidade, acaba por se entrelaçar com outras formas de poder. As instituições culturais, com seus meios técnicos e conteúdos simbólicos podem servir como fontes para o exercício de diferentes formas de poder – econômico, político e/ou coercitivo. Thompson toma emprestada de Bordieu a expressão “poder simbólico”. Mas afirma que, diferentemente de Bordieu, não considera que “o exercício do poder simbólico pressupõe necessariamente uma forma de ‘desconhecimento’ da parte daqueles que são submetidos a ele”; melhor dizendo:

O exercício do poder simbólico muitas vezes implica uma crença comum e ativa cumplicidade e em alguns casos estas crenças podem estar erroneamente enraizadas numa compreensão limitada das bases sociais do poder, mas estas deveriam ser vistas mais como possibilidades contingentes do que pressuposições necessárias. (THOMPSON, 2011, p. 42)

Considerando tais afirmações, a conhecida expressão “comunicação de massa” pode ser vista como enganosa e ter sua capacidade explicativa relativizada, pois o termo “massa” não deve ser entendido como um modo total, único e passivo de recepção dos produtos das indústrias da mídia pelos indivíduos. A expressão pode até servir para explicar o fato de os produtos

disponíveis na mídia alcancem uma grande pluralidade de indivíduos, mas sendo que estes os recebem, compreendem e interpretam de formas singulares.

Os conteúdos simbólicos produzidos e difundidos pelas indústrias da mídia não são neutros, pois as informações e conhecimentos transmitidos traduzem ideias, ideologias e mesmo vontades de grupos, partidos políticos, Estados ou outras instituições.

E a imprensa se desenvolveu entre “lutas” – primeiro entre a opinião e a informação, depois entre a opinião e a publicidade. Pois, com a necessidade de enfrentar a competição de mercado, algumas empresas da mídia aderiram a novas formas de trabalhar: com a configuração dos jornais, de modo mais organizado; com o conteúdo, adotando informações mais claras, objetivas e “neutras”; também com novas formas de captação de recursos financeiros, através de anúncios publicitários. Sendo que, historicamente, em todos esses quesitos a indústria da mídia nos Estados Unidos teve papel pioneiro.

Entretanto, considerando a questão da neutralidade dos discursos, Chartier entende que as percepções do social não são de forma alguma discursos neutros, pois:

[...] produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas.
(CHARTIER, 2002, p. 17)

Desse modo, apesar dos propagados atributos de objetividade e neutralidade da indústria midiática, os meios de comunicação se constituem como instrumentos de lutas políticas, econômicas e sociais, e de disseminação de ideias e discursos determinados pelos grupos que os forjam.

Atualmente, as possibilidades de interatividade e criatividade são cada vez maiores devido às ininterruptas inovações tecnológicas nos meios de comunicação, principalmente as relacionadas à internet. Entretanto, a presente pesquisa não pretende discutir tais aspectos, pois se propõe a um recorte

histórico e geográfico para analisar, em determinado período, uma das instituições da mídia – a imprensa, mais precisamente a jornalística.

1.3 O desenvolvimento da imprensa no Brasil

No Brasil, o surgimento e o desenvolvimento da imprensa foram tardios. Durante, a fase do Brasil-Colônia o pouco desenvolvimento se deu com a vinda da Corte portuguesa para o Brasil fugindo das tropas francesas de Napoleão, a partir da fundação de jornais ligados à Corte.

Na época, quaisquer tentativas de circulação ou de produção de folhetos ou jornais, assim como a instalação de máquinas de impressão fora do controle da Corte portuguesa, eram cortadas pela raiz. Tanto que, em 1807, surgiu em Londres, o “Correio Brasiliense”, um jornal dirigido por um brasileiro e que falava sobre o Brasil, mas publicado longe do Brasil – porque criticava o controle português. Logo o “Correio Brasiliense” teve sua circulação proibida tanto no Brasil como em Portugal. Mas o jornal entrava clandestinamente pelos portos brasileiros, principalmente em navios estrangeiros, assim como outros impressos proibidos. (SODRÉ, 1999)

Já em 1822, “o desenvolvimento da imprensa periódica no Brasil, na turbulenta fase em que se processa a Independência, é indispensável informação mínima sobre as condições políticas da época”, principalmente em relação às “negociações internacionais para o reconhecimento da Independência”. (SODRÉ, 1999, p. 43)

Em meado do século XIX, a imprensa brasileira em seu conjunto vai ganhando força e assumindo novas formas, principalmente nas campanhas pela abolição da escravidão e pela substituição do regime do império para a forma republicana de governo. Entretanto, entre lutas políticas e ideológicas, vários jornais e folhetos abriam e fechavam as portas (ou eram “empastelados”, ou seja, fechados pela força, às vezes com bastante violência) em todo o país, principalmente na capital Rio de Janeiro e em São Paulo e Minas Gerais. (SODRÉ, 1999)

No final do século XIX, com a instalação do regime republicano, havia a esperança de uma imprensa mais forte e independente. Com o passar do

tempo, no entanto, idealistas, literatos/ jornalistas e empreendedores mais liberais e/ ou radicais, logo perceberam que as mudanças políticas significavam apenas uma troca de vestimenta do Império para a República, mas o corpo de comando, inclusive dos maiores jornais e revistas, continuava o mesmo: a oligarquia agrária.

Pode-se dizer a respeito dos jornais brasileiros até início do século XX: eram “essencialmente instrumento político, porta-vozes do Estado ou de grupos políticos, que o financiavam em parte ou totalmente”; a maioria dos jornalistas eram também literatos; a imprensa era de opinião, com linguagem agressiva e virulenta, bastante “marcada pelos debates e pelas polêmicas”. Além disso, a maioria dos jornais tinha vida curta, por não conseguir se firmar no mercado. (RIBEIRO, 2003, p. 148)

Somente a partir de meado do século XX, que alguns periódicos começaram a se firmar, principalmente nos maiores centros urbanos, como Rio de Janeiro e São Paulo. Por influência do jornalismo norte-americano, surge no Brasil o “jornalismo empresarial”. Os jornais passaram por reformulações: surgem restrições formais em relação à linguagem e à estruturação do texto; as opiniões dão lugar às notícias numa forma mais seca e direta; a sobrevivência e crescimento da empresa jornalística passam a depender mais das vendas e dos anúncios de publicidade.

A imprensa começou a ser pensada como lugar “neutro” e “independente”, impondo-se um estilo de linguagem mais direto e impessoal. O jornal se transformou em veículo de notícias, cuja “lógica era a da rapidez, da velocidade, da falta de tempo da sociedade industrial”. A empresa jornalística respondia a uma “demanda por rapidez, tanto na instância da produção quanto na do seu consumo”. (RIBEIRO, 2003, p.150)

Se as empresas jornalísticas estavam se profissionalizando, os jornalistas seguiam o mesmo caminho. Pois tais reformas “apontavam para características estruturais da sociedade brasileira e do jornalismo como prática social”. (RIBEIRO, 2003, p.153)

Os jornais se tornaram mais informativos e objetivos, alcançando um público leitor maior. Também generalizavam procedimentos, com a intenção de reduzir custos, produzir, vender e lucrar mais. Com tais estratégias algumas empresas

jornalísticas cresceram bastante, surgindo grandes grupos de mídia. (BARBOSA, 2010)

Já em relação à neutralidade, pode-se dizer que, nos anos 1950, não havia “nenhuma contradição entre a lógica da empresa jornalística e a lógica da política”. E, depois dos anos 1950, apesar do discurso de neutralidade dos jornais, o aspecto político-partidário do jornalismo brasileiro jamais desapareceu totalmente. Mídia e política estavam entrelaçadas, bem como os investimentos financeiros possivelmente determinavam os conteúdos ideológicos a serem publicados. (RIBEIRO, 2003, p. 156)

1.4 Aspectos históricos da imprensa capixaba

Até a década de 1930, a maioria dos jornais capixabas não conseguia sobreviver por muito tempo, sendo que os periódicos fechavam as portas no primeiro ou segundo ano de circulação.

A maior coincidência da imprensa capixaba com a imprensa dos grandes centros econômicos do Brasil, entre o final do século XIX e meados do século XX, era a dependência financeira que os jornais tinham com grupos político-partidários. Tanto que:

Desde antes da República, os dois principais jornais que circulavam pelo Estado eram o *Estado do Espírito Santo* e o *Commercio do Espírito Santo*. O primeiro era produzido por Muniz Freire e por seus correligionários do Partido Construtor, que representava os interesses das classes mercantis-exportadoras da capital. Já o segundo era um jornal do Partido União Espírito-Santense, representante dos produtores agrofundiários do Estado. (DIAS, BRITTO, MORATI, RANGEL e LEAL, 2008, p. 104)

Na primeira metade do século XX, foram fundados aqueles que viriam a se tornar os dois maiores jornais do Espírito Santo: *A Gazeta*, fundada em 1928 e *A Tribuna*, em 1938. Sendo que a situação de domínio dos meios impressos por grupos político-partidários permaneceu.

Em 1930, o jornal *A Gazeta* defendia a Aliança Liberal contra o governo e apoiava a candidatura de Getúlio Vargas à presidência da República, sendo por isso “empastelado” violentamente por partidários situacionistas e tendo a circulação proibida. *A Gazeta* voltou a circular somente seis meses depois do referido episódio.

Na década de 1940, “um grupo ligado a Carlos Lindenberg – político de direita, proprietário de terras, criador de gado e plantador de cacau – criou uma sociedade e pediu para uma terceira pessoa [...] comprar o jornal (*A Gazeta*)”. Em 1948, Carlos Lindenberg, já Governador do Estado, havia comprado a maior parte das ações, tornando-se maior acionista de *A Gazeta*. (BOURGUIGNON, REZENDE e ARRUDA, 2005, p. 54)

Segundo Soprani, o jornal *A Tribuna* inaugurou uma nova forma de fazer jornalismo na capital capixaba com “manchetes em corpo grande nas capas e nas páginas centrais, muitas ilustrações, farta cobertura esportiva, com característica bastante popular”. (SOPRANI, 2010, p.131)

Entretanto, existem informações em publicações capixabas na área de jornalismo de que o jornal *A Tribuna* teria surgido como porta-voz de ideias fascistas, sendo financiado por uma empresa alemã de importação e exportação instalada em Vitória; e que, devido a tais suspeitas, a sede do jornal teria sido invadida e destruída, ficando fechada por um tempo. (VIANNA, TETE e NUNES, 2008, p. 81)

Em 1945, o jornal *A Tribuna* passou a ser controlado por um grupo político ligado ao Partido de Representação Popular (PRP); sendo vendido no início da década de 1950 a um grupo ligado ao Partido Social Progressista (PSP), do qual Ademar de Barros era coligado. Num “primeiro momento, o jornal fazia parte da base governista. Posteriormente, retirou seu apoio e passou a fazer oposição a Santos Neves (governador em 1951)”. (SILVA, DUARTE, ALVES e RUTH, 2008, p.45)

Os dois maiores jornais capixabas, *A Tribuna* e *A Gazeta*, surgiram no início do século XX e, entre problemas e interrupções, permanecem em circulação até hoje. Ao longo de suas trajetórias foram controlados por diversos grupos, geralmente grupos político-partidários, de influência regional e até mesmo nacional.

No período entre 1940 a 1960, os jornais *A Gazeta* e *A Tribuna* foram controlados por grupos político-partidários, quase sempre concorrentes. As primeiras páginas dos jornais costumavam ser reservadas ao debate político-partidário – com cobertura de discursos de políticos na Assembleia Legislativa e na Câmara Municipal de Vitória e/ ou com reportagens de um jornal/ grupo partidário se contrapondo ao outro, tendo, algumas vezes, como resultado final para o público leitor os confrontos e desencontros de informações políticas.

O trabalho de Marta Zorzal e Silva (1986) sobre as composições político-partidárias no Espírito Santo auxilia na compreensão da reorganização das forças político-econômicas do Estado e suas transformações no momento de redemocratização do país, a partir de 1945.

As “transformações políticas que se processaram no Brasil e no Espírito Santo, nos anos 30 e 40” (SILVA, 1986, p. 250), possibilitaram em nosso Estado o surgimento de outros conjuntos de forças sociais, além das classes agro-fundiárias e mercantis-exportadoras como, por exemplo, as forças constituídas no seio da pequena produção rural e as constituídas das classes populares urbanas em cidades de maior potencial econômico como Vitória, Colatina e Cachoeiro de Itapemirim.

Entretanto, “na verdade o que se verifica em termos de atuação das forças, no sentido de formação e manutenção de suas bases eleitorais, é que”:

[...] enquanto que as forças políticas constituídas no seio das **classes agro-fundiárias** em geral, mantiveram como forma de relacionamento com as classes dominadas as **práticas coronelísticas**, as forças políticas constituídas no seio das classes mercantis-exportadoras, na medida em que estiveram mais fragmentadas entre os diversos partidos fundados, tendeu mais à formação de amplas alianças e, através desse processo, inovavam suas práticas políticas. Isto porque, ao fundarem, em alguns casos, partidos que, a nível nacional, utilizavam as práticas populistas como forma de relacionamento com as classes dominadas, e, em outros, ao aliarem-se a partidos, cuja orientação, a nível nacional, era eminentemente populista, as forças políticas ligadas às **classes mercantis-exportadoras** tenderam [...] a **mesclar práticas coronelistas com populistas** em sua atuação frente ao corpo eleitoral. Com isso, adquiriram maior plasticidade e permeabilidade no espaço político espiritosantense, conseguindo, assim, chegar, novamente, à direção do Aparelho Regional de Estado. (SILVA, 1986, p.253, *grifos nossos*)

Desta forma, mesmo com o fato de os diversos conjuntos de forças sociais terem se fragmentado com o pluripartidarismo – para que os partidos nacionais pudessem estar representados no Estado, tal fragmentação foi resolvida pelas lideranças regionais com ocupações, recomposições e rearranjos diversificados – gerando situações estranhas como a de aliados políticos históricos ocupando partidos concorrentes ou de rivais políticos ocupando um mesmo partido. (SILVA, 1986, p.254-256)

Em maio de 1945, em solenidade de fundação do Partido Social Democrático (PSD), o então interventor do Estado Jones dos Santos Neves, proferiu discurso bastante esclarecedor no sentido de se evitar as tendências desagregadoras e os regionalismos, enfatizando a necessidade política de não “retroagir à proliferação desagregadora de partidos regionais”. (SILVA, 1986, p.259)

Portanto, a organização político-partidária estadual, demonstrava que as divergências entre os controladores dos importantes veículos da imprensa capixaba – *A Gazeta* e *A Tribuna*, ficavam restritas às questões político-partidárias e, principalmente, às disputas pelo poder político e econômico das cidades e do Estado.

Assim, como era importante a ocupação dos espaços e partidos políticos, também era importante o controle dos meios de comunicação como o rádio e o jornal, por questões de visibilidade política e social das lideranças e de seus discursos.

Do que se depreende das disputas mediadas pelos jornais, pode-se afirmar que elas possuíam viés mais político-partidário que ideológico, pois não havia muitas diferenças ideológicas entre as principais lideranças políticas e econômicas do Estado. Portanto, as rivalidades não eram ideológicas, mesmo que houvesse alguma intenção de assim se mostrarem.

Apesar de inúmeras publicações com discussões ou provocações político-partidárias entre os dois jornais, não havia uma diferença substancial entre eles na interpretação dos fenômenos sociais e na idealização de uma cidade a ser construída; quais sejam: crescimento econômico, com desenvolvimento urbano dentro dos preceitos do progresso, da ordem e da moralidade.

2 CENÁRIOS DE VITÓRIA

2.1 Vitória: entre a Cidade-Presépio e o desejo de progresso

Por que teriam apelidado a nossa capital de cidade presépio? Pelo seu tamanho? Pela sua apresentação completa, em que há pedaços de oceano maravilhosos, montanhas encantadoras e casas pequeninas trepando pelas encostas? Ou porque, na sua formação tudo se aglomera, acotovela, espremidamente, entre um braço de mar e contrafortes altivos, dando, de fato a idéia de um presépio armado por mãos caprichosas? Na pequena ilha de Vitória há trechos de todos os tipos. Uns caracteristicamente modernos, onde se erguem prédios ousados, trazendo-nos em miniatura, lembranças de cidades americanas, cheias de edifícios gigantescos. Há trechos, também, evocando o nosso passado de terra colonizada por gente lusa, vinda do velho Portugal. Apenas nós, assoberbados por preocupações e afazeres, não temos tempo ou paciência suficientes para observar com olhos calmos e prazerosos, as belezas que as nossas ruas oferecem. (*grifos nossos*)⁴

De acordo com Vasconcellos (1993, p. 37), este artigo publicado no jornal *A Gazeta* intitulado “Vitória – cidade-presépio” exemplificaria o “imaginário das elites” capixabas sobre a capital Vitória.

Durante as décadas de 1940 e 1950, era frequente nos jornais *A Gazeta* e *A Tribuna* a publicação de artigos sobre a cidade de Vitória. Tais artigos, em seu conjunto, traziam três abordagens principais sobre a cidade: Vitória idealizada como Cidade-Presépio, agraciada pela beleza natural, pequenina e tranquila; Vitória projetada em seu potencial de progresso econômico e urbano, a funcionar como centro regional portuário e comercial; e Vitória com seus conflitos urbanos da falta de espaço, das contradições entre o progresso e o presépio e dos bairros e problemas indesejáveis.

Em geral, Vitória era descrita como uma cidade tranquila, com casas pequenas e alguns prédios modernos, agraciada pela natureza em seus muitos contornos e contrastes visuais entre os morros, as pedras, as matas, as casas e o mar.

Embora o potencial para o turismo fosse muitas vezes considerado devido à beleza natural da ilha, o principal plano das lideranças políticas e econômicas era outro – transformar Vitória em um centro regional – portuário e comercial.

⁴ A GAZETA. *Vitória – cidade-presépio*. 29 jan. 1950.

Desde o governo de Muniz Freire (1892-1896), existiam planos de desenvolvimento econômico e urbano para Vitória. O plano do “Novo Arrabalde” seria, segundo Campos Júnior, a primeira intervenção planejada no espaço da Capital. “Essa providência não surgia da necessidade de acompanhar a dinâmica da cidade, mas do interesse de fazer na cidade as adaptações exigidas pela proposta do governo de nela centralizar o comércio de café do Espírito Santo e de parte de Minas”. (CAMPOS JÚNIOR, 1996, p. 138)

O projeto do “Novo Arrabalde” tinha como objetivo expandir a urbanização da cidade para áreas ainda desocupadas, confiando o governante que o incremento da atividade comercial traria o progresso e o conseqüente crescimento populacional. O “Novo Arrabalde” seria formado por “toda a região leste da ilha de Vitória, possuidora das melhores praias, de que hoje fazem parte os bairros Praia do Canto, Santa Lúcia, Santa Helena, Suá, Horto e Jucutuquara”. (CAMPOS JÚNIOR, 2005, p. 15)

Mas, para transformar Vitória em centro regional e estancar a evasão de divisas do Espírito Santo para o Rio de Janeiro, era necessário integrar a capital a outras regiões do próprio Espírito Santo e ao interior de Minas Gerais, pois somente a produção cafeeira da região central do Estado era exportada por Vitória. Toda produção de café de Cachoeiro de Itapemirim e de outros municípios do Sul do Estado era exportada pelo porto do Rio de Janeiro. Além disso, o Norte do Estado ficava isolado da Capital devido ao “obstáculo” natural do Rio Doce.

Necessitando de investimentos federais para a construção da infraestrutura necessária – para a urbanização de Vitória, modernização do porto e construção de ferrovias de integração, os planos de Muniz Freire não puderam ser realizados devido à crise econômica enfrentada pelo Estado.

Segundo Campos Júnior (1996), o governo de Florentino Avidos (1924-1928) dedicou-se a algumas obras de urbanização em Vitória: aterro da região denominada Campinho (hoje Parque Moscoso), melhoria das estradas de ligação com a Praia Comprida e construção de serviços de canalização de água potável.

Mas, somente com a realização de um conjunto de obras de infraestrutura importantes como a construção da Estrada de Ferro ligando Vitória a Cachoeiro

de Itapemirim, a Estrada de Ferro Vitória a Minas passando por Colatina, a construção da ponte sobre o Rio Doce e as obras de melhoria no porto de Vitória é que o Espírito Santo pode experimentar uma fase de razoável crescimento econômico. E, pois finalmente:

A centralidade de Vitória dos anos 30 à década de 1950 ampliou-se por todo o território espirito-santense e, com a consolidação da presença da Estrada de Ferro Vitória a Minas no território mineiro, proporcionada pelo escoamento de minério de ferro, Vitória exerceu sua centralidade também sobre parte daquele estado vizinho. (CAMPOS JÚNIOR, 2005, p. 33)

Segundo Siqueira (SIQUEIRA, 1994, p. 47), a partir da década de 1940, “inicia-se uma diversificação no tipo de exportação movimentada nesse cais” (do Porto de Vitória), com a exportação de minério de ferro extraído pela Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), além das exportações de café.

Como exemplo da exaltação do potencial econômico do Porto de Vitória, o jornal *A Tribuna* publicou, em letras garrafais, a declaração do Presidente do Banco de Importação e Exportação dos Estados Unidos sobre o Porto, dizendo que este “Será um poderoso fator de progresso econômico do Brasil”.⁵

Mas, também o desenvolvimento de cidades do interior como Colatina contribuiu para o desenvolvimento econômico e urbano de Vitória. Em reportagem especial de Djalma Juarez Magalhães para o jornal *A Tribuna*, intitulada “Desbravador de ontem, líder de hoje!”, a rápida transformação de Colatina em “Princesa do Norte” é citada:

[...] Foram dias de grande empenho, de trabalhos árduos e lutas constantes. [...] Daí em diante, o progresso caminhou em botas gigantes, e a floresta hostil e infecta, transformou-se “Princesa do Norte”, que hoje simboliza riquezas e pujança [...] ⁶

O desenvolvimento econômico gerado pelas exportações de café, assim como ocorreu em outras cidades brasileiras nas primeiras décadas do século XX,

⁵ A TRIBUNA. *Porto de Vitória*. 24 nov. 1946.

⁶ MAGALHÃES, Djalma Juarez. *Desbravador de ontem, líder de hoje!* A Tribuna, Vitória, 09 ago. 1952.

desencadeou inúmeros projetos de modernização urbana, e “Vitória não foi exceção”, pois:

A principal preocupação dos administradores públicos do período [...] era a realização de obras básicas de saneamento – construção de redes de água e de esgoto – e de melhoramentos urbanos. Demoliam-se edificações desalinhadas e moradias insalubres (sem ventilação e insolação) para se fazerem as retificações de vias e sanearem-se as áreas propensas à proliferação de epidemias. (CAMPOS JÚNIOR, 2005, p. 20)

Em texto intitulado “E o progresso continua...”, de autor não identificado, o jornal *A Tribuna* exalta as belezas de Vitória e elogia as sucessivas administrações municipais, que teriam realizado inovações na cidade sem descaracterizar (neste caso, provavelmente, desconsiderando os aterros) as “formosuras” que a Natureza lhe deu:

Vitória tem sido através à (sic) marcha imutável dos tempos, um rico depositário de belezas, atração maviosa dos estetas [...] Entra Prefeito e sai Prefeito e nunca foi descuidado o problema de sua projeção no cenário das inovações em pról de sua formosura nativa que se alia à criação (sic) do cérebro humano. [...] Nenhum dos homens a quem coube o elevado destino de guiar a máquina administrativa vitoriense olvidou, por um momento apenas, o incremento das formosuras que a Natureza legou à capital do nosso querido Estado.⁷

Em “Vitória do presente”, as administrações dos prefeitos Américo Monjardim e Henrique de Novaes são elogiadas por proporcionarem o progresso à cidade, destruindo prédios antigos e rasgando Vitória com excelentes avenidas, transformando-a na “cidade-menina”, com juventude e esplendor:

É a **cidade progresso**, já rasgada de leste a oeste por excelentes avenidas, marginadas por primorosos armazens, demonstração potente do quanto de trabalho engrinalda a frente dos espírito-santenses. Não mais assiste aquele espetáculo da era imperial de velhos sobradões cercados por centenários muros limosos, de austeros portões e soleníssimas aléas de mais de meio quilômetro. **Agora, tudo é juventude, tudo é esplendor.** [...] Foi com a subida ao poder do dr. Américo Monjardim e com a substituição deste pelo dr. Henrique de Novais (sic), que Vitória ganhou o gracioso título de **cidade-menina**. De fato, soube como poucos, aquele homem de

⁷ A TRIBUNA. *E o progresso continua...* 25 jan. 1945.

administração moldar sua atividade em prol do alevantaento (sic) progressístico da cidade. (*grifos nossos*)⁸

Já no artigo “Vitória precisa de arborização”, de Otávio B. Silva, o autor exalta a chegada do progresso, mas questiona o fato de que as florestas que embelezavam a “Cidade Presepe” estariam dando lugar aos barracões:

[...] E, no entretanto, **barracões de zinco e de palha mancham, como nódoas**, aqui e acolá, sem simetria, os altos morros de Vitória. [...] Não se pode negar. **O manto verde da senhora da Cidade Presépe esfarrapa-se aos poucos**. [...] Vitória, como todos sabem, é uma das mais renomadas cidades do Brasil, pela sua impressionante beleza natural. É um mimo. [...] A nossa bem conhecida Capital **engalanou-se de magníficas urbs**. Tornou-se bela e vistosa. Porém, não sei por quê, aos poucos foi despojada do seu lindo manto verde.[...] É bem verdade, que na planície, a cidade foi objeto de cuidados especiais, desde o calçamento de suas ruas à construção de orquitetônicos (sic) prédios. **Rasgaram-se avenidas, demoliram-se mostrêngos pardieiros e o progresso avassalante fez o resto**. [...] Tudo mudou. E para melhor. Vitória cresceu da noite para o dia. **E a população pobre galgou os morros** [...] Depois, sem querer, **os olhos deslumbrados do visitante** erguem-se para o fundo do cenário maravilhoso. Não é para menos. Já de longe, ao penetrar mansamente na magestosa (sic) baía, o forasteiro sentia-se impressionado com a acidentada linha das nossas montanhas. Porém, o êxtase **é logo brutalmente substituído pela estupefação**. Esfrega os olhos, incrédulo. E não está enganado. Não é nenhuma miragem. O que vê é **realmente desolador: morros ridiculamente calvos, salpicados de cortiços** que se assemelham a imundas carepas. Buracos medonhos nas encostas, como se fossem repelentes furúnculos. **Caminhos estreitos de formiga**, que cortam o crâneo liso e nú em mil reviravoltas. [...] A idéia de reflorestamento não é má. (*grifos nossos*)⁹

Nesse artigo, o autor considera positivo o “progresso avassalante” que mudara as faces da cidade “para melhor”, rasgando avenidas e demolindo pardieiros. Entretanto, segundo informações do próprio texto, a população pobre precisou galgar os morros da cidade em busca de lugar para construir moradia. E assim, à medida que a cidade crescia, as paisagens naturais dos morros eram substituídas pelos “salpicados de cortiços”. Realmente, “a ideia de reflorestamento não é (era) má”; no entanto, não se encontra no artigo a preocupação com a falta de moradias para a população pobre, assim como quaisquer propostas para solucionar o problema. A preocupação maior parecia estar relacionada à manutenção da imagem de Vitória como “Cidade Presepe”

⁸ A TRIBUNA, *Vitória do presente*. 19 mar. 1945.

⁹ SILVA, Otávio B. *Cidade presepe*. A Tribuna, Vitória, 02 fev. 1945.

em equilíbrio com o progresso, como se tal resultado fosse possível com tantos barracões e cortiços (moradias) sendo derrubados sem a contrapartida de programas habitacionais.

Mas, em artigo intitulado “Camburi, bairro do futuro”, o jornal *A Tribuna* questiona o poder público sobre a não construção de estradas para a nova região, que fatalmente deveria se tornar uma saída para o crescimento da cidade e resolver a falta de espaço para habitações:

Vitória progride, e com o progresso vem surgindo para o capixaba alguns problemas próprios de grandes cidades. Destes, o mais momentoso é a **falta de habitações**. Na ilha já **há falta de “espaço vital”**. A nesga de terra entre os morros e o mar é pequena para conter todas as construções que o progresso cria. Olhando o mapa do município vemos a **extensão de terras que existe fora da ilha**, na praia de Maruípe, e, em sua extensão, **Camburí**. Surge daí a pergunta: por que a cidade não se estende (sic) para as bandas de Camburí. [...] A estrada que liga o centro a Camburí faz uma grande curva, lá pela Ponte da Passagem. A fim de que esta dificuldade desapareça, propomos aos senhores engenheiros da edilidade o estudo do projeto de construção de uma ponte pelo bosque da Barrinha. (*grifos nossos*)¹⁰

Portanto, de modo geral, com algumas exceções, o conjunto de reportagens e artigos dos jornais capixabas *A Tribuna* e *A Gazeta*, expressando posições sobre as transformações urbanas pelas quais passava Vitória nas décadas de 1940 e 1950, apresentavam pontos de interseção. E os pontos de interseção estavam relacionados à expressão do desejo de desenvolvimento urbano dentro dos preceitos do progresso e da ordem. Para isso, eram evocadas em diversos artigos as campanhas de saneamento – físico (da cidade) e moral (de certos habitantes).

2.2 Vitória e os cenários indesejáveis

Entre os cuidados especiais com preservação das belezas naturais da “cidade presépio” e a realização dos ideais de progresso e transformação urbanística, surgiam os “efeitos colaterais”– barracões nos morros, palhoças nas bordas dos mangues, bairros insalubres, mercados caóticos, zona de meretrício

¹⁰ A TRIBUNA. *Camburi, bairro do futuro*. 17 nov. 1946.

próxima ao centro da cidade etc.. Enfim, a visibilidade das misérias físicas e morais.

As crônicas jornalísticas destacavam alguns bairros com vocação para a desordem, insalubridade, abrigos de “inimigos da moral”. E quais seriam estes bairros?

Os bairros mais apresentados nas reportagens e crônicas dos jornais capixabas nas décadas de 1940 e 50, a partir de pontos de vista negativos, como cenários indesejáveis da cidade, eram: Vila Rubim, com seu mercado caótico, zona boêmia, frequentada por desordeiros e abrigo de malandros; Caratoíra, zona de meretrício da cidade, região das “pensões alegres”, palco de bate-bocas e brigas entre mulheres “decaídas”, militares, policiais e marinheiros, inclusive estrangeiros; Ilha do Príncipe, bairro repleto de “mocambos”, considerado insalubre e miserável, habitado por pessoas pobres que, muitas vezes, apareciam como personagens das páginas policiais dos jornais.

Por exemplo: se em alguns artigos e reportagens, os jornais demonstravam preocupação com as dificuldades e sofrimentos das populações pobres, o artigo “Mucambos na Ilha do Príncipe” expõe com todas as letras a simples preocupação com a imagem saneada da cidade de Vitória. E não há tentativas de explicar a formação da favela ante às necessidades de habitação daqueles que viviam às franjas criadas pelo progresso. Preocupado com a imagem da capital, o artigo assim define o problema dos mocambos em Vitória:

Quem quer que demande os embarcadouros das Estradas de Ferro, situados em Argolas, **ao passar pela Ilha do Príncipe**, tem a impressão que o velho problema, que tanto aflige a cidade do Recife e tantos sacrifícios tem custado ao erário da capital nordestina – está se formando em Vitória. [...] Os **mucambos** ali se alinham e crescem dia a dia, abeirando-se da linha férrea, sem temor de riscos de acidentes [...] atrepam pela encosta vizinha, **desgraciosos, antihigiênicos, franfados de palha**, variegados de lataria, madeira e varas, atabicados, de estuque, na mais variada e **inestética arquitetura e urbanismo da favela**. Agora que curamos de corrigir os nossos erros e senões urbanos, obra sucessiva do descaso dos nossos antepassados, trazendo o velho urbanista da Cidade Luz, **como permitimos que os casebres afrontem o projeto citadino, aproximando-se da zona saneada com sua vizinhança indesejável?**

[...] Ademais disso, a mazela urbanística fica mesmo à mostra de quem vem de fora, pois, fere a vista de quem chega nas ferrovias, ávido de colher as impressões da cidade, que visita. **Se ainda tivéssemos essa vesga arquitetura nos corredores de nossa**

copa ou de nossa cozinha, não seria tão grande o mal mas o pior (sic) que a temos, justamente na antecâmara de nossas salas de recepção... (*grifos nossos*)¹¹

Em reportagem para o jornal *A Tribuna*, intitulada “Ilha do Príncipe – onde reinam a miséria e a doença”, de modo um pouco diverso, Renato Pacheco denuncia a situação de miséria da população do bairro. Relata sobre as habitações, a fome e a subnutrição, sobre as más condições higiênicas e a falta de serviços públicos. Em tom de denúncia contra o descaso das autoridades com o bairro, ele narra:

Logo ao atravessarmos a Ponte Florentino Avidos, sentimos que íamos entrar em um **mundo de miséria e fome**, dentro do perímetro urbano de nossa capital. [...] O lado leste da ilha, defronte ao mercado da Vila Rubim [...] ainda se vêem algumas construções habitáveis, com água encanada, luz elétrica e esgoto, e há uma escola bem arranjadinha. **Do outro lado, tudo é sordidez**, o que só pode envergonhar uma capital de Estado.

Em virtude do plano de urbanização de Vitória, que reserva a Ilha do Príncipe para a pequena indústria, foi proibida a construção de barracas naquele local. **Não obstante a proibição municipal**, de quando em vez, **da noite para o dia, aparece uma barraca de estuque ou mesmo de caixotes de querosene**, destas que já “vêm prontas”, pré-fabricadas. O que é dado fazer aos fiscais? Nada. Eles também são humanos e sabem que o povo não pode dormir ao relento, desabrigado. (*grifos nossos*)¹²

O leitor Mário Gurgel, morador da Ilha (do Príncipe), aproveita a reportagem de *A Tribuna* e pega carona para fazer alguns desabafos contra o descaso dos governos com o bairro e contra os preconceitos dirigidos à população da Ilha do Príncipe, e no dia seguinte tem sua nota publicada no jornal:

“Quando cheguei ao Espírito Santo, em 1930, e fui morar no mesmo barracão onde ainda me encontro [...] ainda trazia a fagueira esperança de que a ilha estaria a ir acompanhando a marcha do progresso, pois está situada dentro da capital do Estado. [...] Depois foram aparecendo novos barracos, novos habitantes, gente vinda de todos os lugares e de todas as direções, premida pela necessidade de construir um pouso, onde pudesse fugir à fúria dos proprietários ganancioso (sic). Há cerca de 10 anos ouviu-se falar em planos sobre a Ilha. [...] e assim, há dez anos não se pode construir nada, não se pode consertar nada. [...] Não se sabe como a Ilha passou a ser considerada de certa época para cá um lugar de desordeiros, um bairro irrespirável. Não é verdade. A Ilha é um dos bairros mais

¹¹ A GAZETA. *Mucambos na Ilha do Príncipe*. 03 mar. 1946.

¹² PACHECO, Renato. *Ilha do Príncipe – onde reinam a miséria e a doença*. In: *A Tribuna*, Vitória, 24 out. 1946.

pobres da cidade. Mas mesmo assim reina sempre ali a ordem e a alegria é constante. Precisamos contudo de melhor policiamento, precisamos de assistência sanitária, precisamos de iluminação. [...] E diga na sua nota que a Ilha tem reclamado em vão das autoridades providências que não foram jamais atendidas”.¹³

Além da miséria visual, preocupava os meios de comunicação a miséria moral que habitaria o bairro. Outro autor, inclusive, solicitava atitudes por parte das autoridades policiais e sanitárias, que poderiam fazer um levantamento daquela população e levar para cada uma das instituições (hospitais, nosocômio, casa correcional) “aqueles que para lá devem ir”. Na reportagem intitulada “A Ilha do Príncipe – um cancro”, o jornal *A Gazeta* expressa o incômodo:

A Ilha do Príncipe assemelha-se a um cancro não só pela sua forma geográfica, mas, também pela miséria moral que ali perdura. Causa-nos espécie o fato de as autoridades policial, sanitária, moral e social, alí não aportarem para uma análise completa daquele pedaço de terra, procurando, em consequência, estabelecer medidas de solução. [...] À noite há **um verdadeiro desfile macabro de vício e viciados, de doentes físicos e doentes morais** de toda espécie, na mais rude e entupida apresentação do desfibrinamento moral. Tipos que encontrariam boa acolhida em páginas de romances mórbidos ou de folhetins [...] perambulam naquela ilha, sedentos de vício, ávidos por saciar suas taras. (*grifos nossos*)¹⁴

A Ilha do Príncipe, pois, era apresentada pelos jornais *A Gazeta* e *A Tribuna* como um cenário de insalubridade; moradia da população pobre da cidade, que vivia em situação periclitante, de miséria física e moral; endereço de desordeiros, alcoólatras e criminosos diversos. Por exemplo, na reportagem “Guerra à malandragem”, segundo informação de *A Gazeta*, o comando da polícia dá nome aos redutos da malandragem na cidade – Ilha do Príncipe e Vila Rubim:

[...] nossa Polícia vem mantendo acesa **guerra á malandragem**, combatendo resoluta e insistentemente, **os desocupados que infestam a nossa cidade**, mormente os bairros de **Vila Rubim e Ilha do Príncipe**. Para melhor organização das “batidas” os investigadores foram distribuídos em turmas volantes que percorrem, mormente à noite, os pontos preferidos por aqueles desordeiros, tendo logrado êxito a campanha de vez que vários punquistas e

¹³ GURGEL, Mário. *Mário Gurgel (depoimento, 1946)*. In: *A Tribuna*, Vitória, 25 out. 1946.

¹⁴ A GAZETA. *A Ilha do Príncipe – um cancro*. 28 mai. 1948.

meliantes tem sido **presos ou afastados para outras cidades.**
(*grifos nossos*)¹⁵

Já as descrições da Vila Rubim: mercado popular caótico e desorganizado durante o dia; espaço de malandragem, crimes e contravenções durante a noite; reduto de boêmios, recheada de bares e com casas noturnas que funcionavam até altas horas da madrugada. Além disso, suas ruas e cantinhos serviam como dormitório para pessoas sem residência. Uma crônica da seção “Na polícia e nas ruas”, de *A Tribuna*, dá uma ideia de como o bairro era visto pelos jornais da época, inclusive com títulos impressionantes como “Vila Rubim, a ‘sucursal do inferno’”:

Mais uma vês (sic)voltamos as nossas vistas para o pobre arrabalde de Vila Rubim, a zona onde **imperava a desordem**, parte infeliz de nossa cidade, que **abriga os inimigos da moral**; tipos que em flagrante falta de compostura, vivem atentando contra a ordem, contra a moral e contra a família capichaba (sic).
[...] A nossa polícia, sabe perfeitamente da existência de **núcleos de vagabundos**, que andam espalhados pelas escarpas dos morros, pelas ruas impregnadas de imoralidades e pelos recantos do mercado municipal, daquele infeliz arrabalde, porém, falece-lhe um perfeito policiamento, para que sejam evitados os vexames que constantemente fazem estremecer a *urbs*, qual o despertar terrível de um vulcão. Roubos, desordens palavrões, ameaças, gaiatices e exhibições imorais são cousas que fazem parte da vida de parte daquele trecho. [...] Apelamos em nome da ordem, uma enérgica medida por parte das nossas autoridades, para que seja destruída aquela “cratêra” que, de momento em momento, está **vomitando tanta impureza, as quais vão salpicar de lama a face singela da moral**. Infelizmente é uma verdade – Vila Rubim, é a “sucursal do inferno”. (*grifos nossos*)¹⁶

Já em *A Gazeta* é publicada uma reportagem com o título “Vila Rubim – Singapura capixaba”, em que o autor compara o bairro ao caótico porto asiático de Cingapura, devido ao movimento, à diversidade de produtos e pessoas e também pela confusão, pelos ilícitos e pela pobreza. Ele também critica a liberalidade com o jogo do bicho, utilizando-o como metáfora para descrever a desgraça da população pobre que trabalhava, frequentava e, muitas vezes, até dormia no mercado:

Vila Rubim, típico bairro de Vitória é, podemos dizê-lo uma Singapura em tamanho reduzido. O comércio da Vila Rubim é um dos mais

¹⁵ A GAZETA. *Guerra à malandragem*. 28 jul. 1949.

¹⁶ MARTERCOR. *Vila Rubim, a “sucursal do inferno”*. In: *A Gazeta*, Vitória, 10 fev. 1945.

animadores. [...] é o caminho de quantos transportes se dirigem ao centro da capital. O bicho não poderia faltar [...] está presente por todos os cinco lados, cercado do primeiro ao quinto. [...] que não faz mais cerimônia com a polícia, que anda no bolsinho de todos os cambistas. **O bicho da infelicidade que mora no coração e no estômago de toda aquela gente pobre**, de todos aqueles carregadores e de todos aqueles doentes que procuram na “Cariacica” um lenitivo e um desaforo. É o bicho que carcome as fibras morais, transformando homens em trapos, o bicho que corroe (sic) consciências, transformando adolescentes em ladrões, o bicho que perfura sentimentos criando assassinos aos punhados. (*grifos nossos*)¹⁷

Na continuação da reportagem, o autor, com altas doses de preconceito, procura falar algo positivo sobre o bairro, descrevendo a animação e os contrastes das tardes de sábado na Vila Rubim, principalmente nos bailes do “Está Cruel”:

Nas tardes de sábado a Vila Rubim se transforma. É como a mulata que põe cheiro para o baile no “Está Cruel”. Bota talco e bota pó de arroz. **No baile tudo aquilo há de se misturar com o cheiro de suvaco, com a “murrinha”, criando aquele cheiro que só o mulato brasileiro sabe ter.** Quando o “Está Cruel” joga a pimenta do samba e do maxixe pelas suas janelas altas, quando o “Está Cruel” inunda as ruas sujas com a melodia genuinamente brasileira da marchinha carnavalesca, quando **o “Está Cruel” faz esquecer a semana dura de ser roída**, a Vila Rubim toma ares de casino. Os soldados estão ali para acompanhar a empregada lá do morro. Os bombeiros também estão ali para falar baixinho no ouvido da morena querida. A turma do batente mete o chapéu de lado e vem pra cá baixo arrastar o pé [...] Aquilo tudo é família. Uma família que não briga e que não provoca ninguém. Vem o pessoal do Quadro [...] de São Torquato [...] a turma de Argolas [...] do morro dos Alagoanos [...] amigos da Fonte Grande. A ordem é esquecer todas as agruras engolidas durante a semana. (*grifos nossos*)¹⁸

Mas, à noite a miséria seria ainda maior, e o repórter diz se assustar bastante, a ponto de lhe aflorar a “sentimentalidade”:

[...] há de sentir bem de perto o cheiro da miséria moral e da miséria física. [...] Mulheres perdidas aos enxames se vão jogando por cima dos homens na anciã (sic) de ganhar cinco cruzeiros que lhes dê um magro café. Pretas, mulatas, aleijadas até, estão ali expondo na escuridão da noite o corpo doente e sujo [...] Crianças entre treze e quinze anos ali estão dizendo palavrões pela noite adentro. [...] São da Ilha do Príncipe, são da Jaqueira, são de qualquer buraco. São homens, são brasileiros que fazem leite das calçadas, que fazem teto das estrelas, que fazem travesseiro dos próprios braços. Amanhã eles hão de se erguer, talvez aos golpes de um polícia desalmado, ou

¹⁷ MARTERCOR. *Vila Rubim – Singapura capixaba*. In: A Gazeta, Vitória, 20 jun. 1948.

¹⁸ Idem, *ibidem*.

amanhecerão no xadrez. Amanhã, por certo hão de se levantar e hão de tentar um novo dia de vida. A fome está atrás (sic) a lhes empurrar os braços, numa tentativa de sobrevivência. [...] Isto é aqui, é no Amazonas, é em todo o Brasil. Por que? - A sentimentalidade de um repórter noctívago não seria capaz de dar uma resposta pronta. Mas todos sabem por que...¹⁹

Em artigo com tom diferenciado, intitulado “Vila Rubim”, outro autor sugere uma melhor propaganda do bairro, para aproveitamento do potencial para o comércio e da proximidade com o centro da capital. Tal artigo, diferentemente de outros, enxerga um fator positivo de diversificação na coexistência entre comércio tradicional e trabalhadores ambulantes. Também reconhece que a vida noturna do bairro é consequência do progresso vivido pela cidade:

[...] É a Vila Rubim. Centro progressista como poucos, é uma verdadeira cidade. Do mais humilde engraxate à casa de sapatos, do minúsculo botequim ao mais bem montado armazem, tudo ali é encontrado. A poucos passos do centro, ligando-se a este por linhas de bondes e suntuosas ruas, é um prolongamento deste. Tem sua vida noturna como todas as grandes metrópoles. Mas, é a consequência deste mesmo progresso. É pode-se afirmar o pulmão da cidade.²⁰

No bairro de Caratoíra, próximo à Vila Rubim, localizava-se a maioria das “pensões alegres”, muito procuradas por militares, marinheiros brasileiros e estrangeiros e por homens de classes e profissões diversas. As mulheres que atendiam aos clientes nas tais “pensões alegres” eram chamadas pelos jornais de “margaridas”, “madalenas”, “camélias”, “decaídas” ou “de vida fácil”.

As notícias sobre brigas, em tais “pensões alegres” ou nas redondezas, eram uma constante nas páginas policiais dos jornais da época. As brigas noticiadas, às vezes envolvendo violência física, na maioria das vezes tinham a participação de policiais civis e militares e de marinheiros, inclusive estrangeiros. Algumas vezes, as mulheres das pensões também se envolviam nas brigas, como narrado na reportagem da seção “Na polícia e nas ruas”, de *A Tribuna*, com o título “‘Calú’ e seu bando põe um bairro em polvorosa!...”:

“Estava o Ano Velho, em calma e franca agonia, quando o bairro da Vila Rubim, na Volta de Caratoíra, foi abalado pelo maior escândalo de todos os tempos. **‘Calú’, a mulher terrível, ébria por vocação,**

¹⁹ Idem, *Ibidem*.

²⁰ A TRIBUNA. *Vila Rubim*. 16 fev. 1945.

desordeira por instinto e imoral por prazer, resolveu convocar todas as **decaídas das redondezas** para, com sangue, dar as despedidas ao velho quarenta e quatro. [...] ouviu-se uma terrível algazarra, e, aos gritos de morra, foi dado início a grande pancadaria. O interessante é que as mulheres estavam todas revoltadas contra os homens, especialmente militares. Avisada a polícia, essa acorreu ao local e precisou agir fortemente para dominar a **revolta das ‘Margaridas’** pois a coisa estava dura de lado a lado. Após serenados os ânimos, ficou tudo esclarecido **com a prisão das desordeiras, voltando o sossego aquele infeliz trecho de nossa cidade**. Inúmeras desordeiras foram apanhadas em flagrante e nos foi possível anotar as seguintes: [...] ²¹, todas domiciliadas no bairro de Vila Rubim, nesta capital. **Essas indesejáveis criaturas**, há muito que vêm trazendo sérios trabalhos às nossas autoridades, **perturbando constantemente à ordem pública** e procurando fazer discórdias entre os moradores dali, pois os atritos são constantes e quasi sempre lamentáveis consequências. **Confiamos na ação enérgica de nossas autoridades, afim de que tal não se venha a repetir.**” (*grifos nossos*)²²

A preocupação com os modos de ocupação da Ilha do Príncipe, da Vila Rubim e de Caratoíra era assunto a incomodar diversos governos estaduais e municipais. Por exemplo, em entrevista ao jornal *A Tribuna*, o prefeito de Vitória, Henrique de Novaes fala sobre projetos para a cidade como o da construção de um “bairro operário” a “ser estabelecido em Caratoíra”, “convindo ao Estado adquirir inclusive a zona baixa (do Gato Preto)”. As duzentas casas a serem construídas seriam destinadas aos moradores da Ilha do Príncipe e parte dos de Santo Antônio.²³

No início da década de 1950, com a capital capixaba experimentando uma nova fase de crescimento, tanto econômico quanto populacional, as lideranças locais discutiam novos projetos de urbanização para a cidade. E, na discussão pela escolha de uma nova região para abrigar a “zona bohemia” ou “Cidade das Camélias”, entre os diversos fatores levados em consideração, estavam o estabelecimento de uma distância “saudável” entre a nova zona boêmia e os bairros operários, tanto para resguardar os valores da família quanto pelas consequências “contraproducentes” que poderiam ocasionar ao dia-a-dia dos trabalhadores.

²¹ Na reportagem foram publicados os nomes completos de doze mulheres. Entretanto, apesar da distância temporal, por uma questão de preservação da identidade das envolvidas, aqui os nomes foram omitidos.

²² A TRIBUNA. “*Calu*” e seu bando põe um bairro em polvorosa!... 03 jan. 1945.

²³ NOVAES, Henrique de. *Henrique de Novaes (depoimento, 1945)*. In: *A Tribuna*, Vitória, 22 mar.1945.

E, como tantas vezes fora planejado ao longo da história da capital capixaba, para as autoridades e para os investidores, não seria má ideia mudar o cenário da Ilha do Príncipe e de Caratoíra.

Cartão de visitas da cidade, próxima ao centro de Vitória e a bairros residenciais operários importantes como Santo Antônio, a Ilha do Príncipe, segundo a reportagem, deveria, pelo contrário, ser moralizada e ver de lá afugentadas as “mulheres de vida fácil”, ou seja, as “Camélias”.

Então restaria como melhor opção para instalação da zona boêmia as regiões mais afastadas da cidade, pouco habitadas e, na época, com menor importância comercial.

Em reportagem intitulada “Próximo ao aeroporto, a ‘Cidade das Camélias’”, o jornalista Ramos de Oliveira, do jornal *A Gazeta*, informa sobre um projeto de lei em discussão entre os vereadores na Câmara Municipal de Vitória que destinaria uma região da cidade para instalação da “zona bohemia” ou “Cidade das Camélias”, deixando para o prefeito o “tijolo quente” da decisão final de escolha do local:

[...] qual o bairro **onde se levantará a “Cidade das Camélias”**? Uns tem como certo as proximidades do bairro de **Santo Antônio**; mas outros assim não entendem, visto como **é grande a população operária** daquele setor, o que, de certo modo, poderia resultar em **medida contraproducente**. A **Ilha do Príncipe** não se presta à finalidade; pelo contrário, precisa ser moralizada e de lá afugentadas as mulheres de vida fácil que superlotam aquele recanto da cidade. O mesmo acontece com Jardim América, Praias de Mulembá, Maruípe e outros bairros da cidade. [...] A maioria das opiniões até agora conhecidas dá como mais provável a **zona suburbana da cidade** além da Ponte da Passagem, nas proximidades do aeroporto de **Goiabeiras**. (*grifos nossos*)²⁴

Em abordagem mais amena, diferenciada mesmo, também os bairros de origem “aristocrática” eram repensados em suas deficiências urbanas. E o progresso era assim visualizado para a região do “Novo Arrabalde”, conforme sugestão do colunista para a Praia Comprida no artigo “Tenho pena dos vitorienses”:

²⁴ OLIVEIRA, Ramos de. *Próximo ao aeroporto, a “Cidade das Camélias”*. In: *A Gazeta*, Vitória, 03 jul. 1951.

Ela (Praia Comprida) que é o bairro aristocrático de Vitória, que é o bom gosto residencial da Cidade Presepe vive tão mal cuidada, tão largada, tão esquecida!...[...] está, atualmente, como uma mulher velha desprezada... [...] Gastar-se-ia tão pouco para construir um balneário alí! Todo mundo que chega em Vitória vai logo ver a Praia. E deve levar uma impressão bem má. Precisamos melhora-la. Um balneário, um ajardinamento e arborização, prolongamento do passeio [...]²⁵

As imagens da cidade e dos bairros difundidas e/ ou reproduzidas pelos jornais de Vitória sugeriam, basicamente, um plano principal a ser realizado: a efetivação de um processo de urbanização baseado no progresso, na ordem e na moralidade. Para isso, as ações saneadoras e higienizadoras solicitadas às autoridades, geralmente policiais, através de campanhas periódicas, deveriam atuar também, e principalmente, no plano moral.

Mas, apesar de todos os planos e previsões governamentais e de todas as justificativas, argumentos e campanhas divulgados pelos meios de comunicação para transformar as características urbanas e, principalmente, funcionais e econômicas da Vila Rubim, Ilha do Príncipe e Caratoíra, nenhuma mudança substancial ocorreu de fato nestes bairros, com exceção dos aterros (a Ilha do Príncipe deixou de ser uma ilha) e do aumento populacional.

²⁵ CALMON JÚNIOR, Lastênio. *Tenho pena dos vitorenses*. In: A Tribuna, Vitória, 10 mar. 1945.

3 IMPRENSA CAPIXABA: ORDEM, PROGRESSO E SANEAMENTO MORAL PARA VITÓRIA.

Os meios de comunicação impressos mais importantes e influentes no Espírito Santo, desde a década de 1940 até hoje, são os jornais *A Gazeta* e *A Tribuna*. Como afirmado anteriormente, estes dois periódicos, durante as décadas de 1940 e 1950, pertenciam a grupos políticos adversários entre si. No entanto, as rivalidades não eram de plano ideológico, mas tão somente relacionadas às disputas eleitorais.

A imprensa capixaba, aqui representada pelos jornais *A Gazeta* e *A Tribuna*, durante as décadas de 1940 e 1950, divulgava em suas páginas a defesa de certos ideais e objetivos: o crescimento econômico, com desenvolvimento urbano dentro dos preceitos do progresso, da ordem e da moralidade.

O desejo pelo crescimento econômico e desenvolvimento urbano era algo comum entre as lideranças políticas e econômicas em diversos estados e cidades brasileiras da época; e desde o final do século XIX, pelo menos, aqui no Espírito Santo com as aspirações e planos de desenvolvimento de Muniz Freire (1892-1896).

Aspirações e planos de desenvolvimento econômico e urbano, baseados em preceitos como progresso, ordem pública e moralidade social são, em princípio, apenas expressões de ponto de vista ideológico. No entanto, o que pode preocupar são as interpretações e propostas de intervenção social que tais preceitos poderiam permitir.

O que se poderia defender ou combater em nome da ordem pública e da moralidade social? Em nome da ordem pública e da moralidade social, podem ser defendidos ou combatidos comportamentos, atitudes, modos ou estilos de vida e práticas sociais, assim como grupos ou comunidades.

Neste capítulo, a partir da análise de notícias das páginas policiais, de reportagens especiais e de artigos publicados na imprensa capixaba, entre anos de 1945 a 1955, são discutidas as interpretações e propostas de ações destinadas a determinados modos de vida e práticas sociais na cidade de Vitória.

3.1 As campanhas de saneamento moral

Entre as décadas de 1940 e 1950, foram elaboradas, divulgadas e propagandeadas pelos jornais capixabas *A Tribuna* e *A Gazeta*, diversas campanhas de saneamento social, às vezes em parceria com as autoridades político-administrativas e/ ou policiais, outras vezes para cobrar ações destas mesmas autoridades.

Tais campanhas recebiam denominações diversas: campanha de saneamento moral, campanha de higiene social etc. Algumas vezes, as campanhas eram direcionadas a temas mais específicos como campanhas de combate à desordem, à vadiagem, à malandragem, à macumba, aos moleques nas ruas, aos atentados à moral ou aos falsos mendigos.

As campanhas de combate aos jogos de azar (baralho, bilhar, dados ou jogo do bicho) estavam entre as mais frequentes, ou melhor, entre as mais insistentes.

Também eram divulgadas campanhas contra práticas que se centralizavam em determinada região ou bairro da cidade, como nos casos das zonas de meretrício.

Desta forma, é possível afirmar que as campanhas saneadoras algumas vezes eram mais genéricas e outras vezes possuíam focos mais bem delimitados: em termos de atividades, como nos casos dos rituais afro-brasileiros, dos jogos de azar ou do combate à prática de futebol nas ruas ou nas praias; em termos geográficos, devido maior preocupação com o funcionamento de algumas regiões da cidade, que seriam “antros” destes ou daqueles tipos indesejáveis, como, por exemplo, os bairros de Vila Rubim, Ilha do Príncipe e Caratoíra.

Um exemplo de campanha saneadora é encontrado no artigo do jornal *A Tribuna*, intitulado “Campanha de saneamento”:

Pelas autoridades de nossa **Delegacia de Jogos e Costumes**, foram **detidas, por estarem transitando pelas ruas da cidade, fora do horário** estabelecido pela Chefatura de Polícia, **as seguintes decaídas**: [...] ²⁶ Assim, procedendo a Delegacia de Costumes,

²⁶ Nas reportagens da época era comum a publicação pelos jornais de nome e endereço completos, idade, estado civil, profissão, procedência, às vezes, referências a nomes de parentes das pessoas envolvidas nos acontecimentos. Entretanto, neste trabalho, apesar da distância temporal dos acontecimentos, por uma questão de preservação da história das pessoas envolvidas, serão omitidos os nomes ou serão publicadas apenas as iniciais.

dentro em pouco se moralizará a cidade nesse particular. Necessário se faz também que o **castigo exemplar tenham os desordeiros** que em chusma, perambulam pelos lugares escusos a cometer toda sorte de desordens. (*grifos nossos*)²⁷

No mesmo mês de julho de 1947, a coluna “Coisas da Cidade”, do jornal *A Tribuna*, defende uma campanha de saneamento generalizada tendo como alvos quaisquer indivíduos ou grupos de desordeiros, em artigo intitulado “Saneamento moral”:

Há certos fenômenos sociais que não são apenas desta Capital e sim de todos os centros urbanos, maiores ou menores, da Metrópole à vila do interior. Aqui e ali, pequenas desordens se registram. **Arruaceiros vulgares, desordeiros conhecidos, valentões classificados, “meninos bonitos” já bem marcados pelas reservas da própria sociedade**, realizam proezas que têm tido enérgica e decidida repressão. [...] A Chefatura do Espírito Santo [...] não lhes fazemos nenhum fervor (sic) ao reconhecê-lo. Mas isto não nos impede de formular algumas sugestões, que afinal o **nosso desejo não é outro senão** o mesmo que esses patrícios alimentam, **o de tornar Vitória uma Cidade saneada.** (*grifos nossos*)²⁸

A seção “Gazeta Policial” também divulga uma “Campanha saneadora” empreendida pelas autoridades policiais:

[...] firme propósito de moralizar os costumes em nossa terra e para isso já tomou as providências cabíveis [...] ronda diária e permanente pela cidade, exigindo dos elementos suspeitos os seus documentos.²⁹

Algumas vezes, as reportagens de *A Tribuna* e *A Gazeta* demonstravam o foco geográfico das campanhas de saneamento como no caso da reportagem “Guerra à malandragem” (na Ilha do Príncipe e na Vila Rubim):

[...] vem mantendo acesa a guerra à malandragem, combatendo, os desocupados que infestam a nossa cidade, mormente os bairros de Vila Rubim e Ilha do Príncipe. Para melhor organização das “batidas” os investigadores foram distribuídos em turmas volantes que percorrem, mormente à noite, os pontos preferidos por aqueles desordeiros, tendo logrado êxito a campanha de vez que vários punguistas e meliantes tem sido ou presos ou afastados para outras cidades.³⁰

²⁷ A TRIBUNA. *Campanha de saneamento*. 07 jul. 1947.

²⁸ A TRIBUNA. *Saneamento moral*. 19 jul. 1947.

²⁹ A GAZETA. *Campanha saneadora*. 17 mar. 1951.

³⁰ A GAZETA. *Guerra à malandragem*. 28 jul. 1949.

Entretanto, o conceito negativo que recaía sobre alguns bairros, quando possível podia ser contestado, pois eram por demais generalizantes as reportagens que definiam os “antros” ou “redutos” de desordeiros, criminosos ou malandros. Como exemplo, o depoimento do leitor Mario Gurgel publicado em *A Tribuna*, contestando a fama da Ilha do Príncipe como lugar de desordeiros:

“[...] Não se sabe como a **Ilha passou a ser considerada** de certa época para cá um **lugar de desordeiros**, um bairro irrespirável. **Não é verdade**. A Ilha é um dos bairros mais pobres da cidade. Mas mesmo assim reina sempre ali a ordem e a alegria é constante.”. (*grifos nossos*)³¹

Nos casos dos jogos de azar e dos rituais religiosos afro-brasileiros, genericamente denominados macumba, não havia tentativa de localizar geograficamente “o problema”, pois ambas eram práticas mais pulverizadas tanto em termos de classe social como em termos de localização geográfica.

Numa das inúmeras campanhas de *A Tribuna*, durante as décadas de 1940 e 1950, o artigo “Campanha contra os jogos de azar” explica os motivos da empreitada:

“[...] Campanha do Jogo, pelo grande benefício que trás às famílias dos viciados, pois a medida, trará por certo, a tranquilidade dos lares, com a presença amiudadamente dos seus chefes que não perderão fora de suas residências, nem o seu precioso tempo, nem o seu dinheiro, e nem mesmo a maior de suas preciosidades que é saúde, que certamente se perde ante as noites de insônias, a velar um pano verde, com tanto carinho como se fora a comemorar de um grande acontecimento...”³²

Enfim, as campanhas elaboradas e/ ou divulgadas eram muitas, criticando, combatendo e buscando controlar as mais diversas práticas, comportamentos e atividades que divergissem dos “costumes” vigentes, até mesmo namoros que aconteciam nas calçadas, como na proposição de “Uma campanha digna de todos os encômios”:

A **Polícia dos Costumes**, numa campanha das mais sadias, está combatendo, severamente, os **encontros furtuídos** (sic) em ruas mal

³¹ GURGEL, Mário. *Mário Gurgel (depoimento, 1946)*. In: *A Tribuna*, Vitória, 25 out. 1946.

³² A TRIBUNA. *Campanha contra os jogos de azar*. 03 ago. 1948.

iluminadas, assim como, as reuniões de desocupados em certos trechos da cidade. (*grifos nossos*)³³

É importante, ainda, ressaltar que as campanhas saneadoras das páginas jornalísticas possuíam como temas práticas, comportamentos e atividades diversas, alguns tipificados nas leis como crimes ou contravenções penais, outros não. Exemplos: jogar futebol na praia não poderia ser tipificado em lei penal; desordem ou vadiagem poderiam ser tipificados, de acordo com a Lei das Contravenções Penais, de 1941.³⁴ Entretanto, eram complexas e difíceis as situações de interpretação do que seria ou não um ato de desordem, ou de como a condição de uma pessoa poderia ser considerada desemprego ou vadiagem.

Nas situações de mendicância, mesmo de acordo com os costumes e leis vigentes à época, não seria tarefa fácil diferenciar entre os falsos e os verdadeiros mendigos, conforme pretensão discricionária da polícia divulgada em “Campanha contra a falsa mendicância”:

O dr. Arnaud de Lima Cabral, falando ontem à nossa reportagem, disse que a polícia resolveu **acabar com a mendicância em nossas ruas** e hoje, dará início à **campanha saneadora**, pois já é do conhecimento das autoridades que existe um grande número de falsos mendigos. [...] que **os verdadeiros esmoleres sejam encaminhados aos Asilos**, os **doentes aos Hospitais** e os **falsos mendigos ao xadrez** onde serão processados de acordo com a lei. (*grifos nossos*)³⁵

Chalhoub, por exemplo, ao discutir as situações de trabalho no Rio de Janeiro, no período entre o final do século XIX e início do século XX, faz o seguinte questionamento:

Seria importante, por exemplo, esclarecer que “mercado de trabalho” [...] não dá conta de milhares de indivíduos que, não conseguindo ou não desejando se tornar trabalhadores assalariados, sobreviviam sem se integrarem ao tal “mercado”, mantendo-se como ambulantes, vendedores de jogo de bicho, jogadores profissionais, mendigos, biscateiros etc. (CHALHOUB, 2001, p. 62)

Seria arriscado afirmar que, com certeza, tal exemplo cairia bem à situação de Vitória e do Espírito Santo, nas décadas de 40 e 50. Mas, ele traz uma situação

³³ A TRIBUNA. *Uma campanha digna de todos os encômos*. 10 jul. 1947.

³⁴ Decreto-Lei nº 3.688/41. *Lei das Contravenções Penais*. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3688.htm

³⁵ A GAZETA. *Campanha contra a falsa mendicância*. 24 ago. 1947.

interessante a ser pensada, de um modo geral, sobre os indivíduos nas relações com o trabalho, pois para além da questão de se conseguir um trabalho assalariado, existiria o desejo e a escolha dos indivíduos por uma atividade que mais lhe conviesse em termos de renda e/ ou satisfação.

Outra questão interessante, que vem a reboque da anterior, diz respeito às forças e aspirações econômicas, políticas e sociais que determinaram as leis e os tipos penais, que perduram (têm eficácia) até hoje, mas que foram confeccionados em momento histórico não democrático – sendo o Código Penal de 1940, apesar dos inúmeros remendos, e a Lei de Contravenções de 1941. Entretanto, cabe salientar que a discussão aprofundada de tais relações não é o propósito do presente trabalho.

3.2 Práticas, comportamentos e modos de vida no cotidiano da cidade e das páginas policiais

As seções policiais dos jornais *A Tribuna* e *A Gazeta*, respectivamente, “Polícia e Ruas” e “Gazeta Policial”, eram semelhantes em relação aos temas noticiados. Tais seções policiais também eram semelhantes em relação ao tom sensacionalista e ao caráter opinativo na abordagem dos acontecimentos noticiados.

Os temas noticiados pelas seções policiais eram mais abrangentes do que somente ocorrências policiais e/ ou “casos de polícia”. Outros acontecimentos do cotidiano da capital, de outras cidades do Estado ou de regiões rurais também eram noticiados nas referidas seções.

É difícil determinar com exatidão o porquê de diversos acontecimentos do cotidiano das cidades serem abordados na mesma seção das ocorrências policiais. A seção “Polícia e Ruas”, de *A Tribuna*, já expressava esta abrangência desde o título; e a seção “Gazeta Policial” abordava os mesmos temas.

A delimitação dos temas poderia estar relacionada ao também abrangente trabalho das polícias, que se dava em grande parte nas ruas, mais intensamente ainda o da Rádio Patrulha (RP), a partir do início da década de

1950. Aliás, na época, o início das atividades da RP's foi bastante comemorado pelos jornais *A Tribuna* e *A Gazeta*.

Em uma época em que pessoas eram frequentemente detidas por suspeita ou para averiguações, e que tal feito podia ser noticiado sem problemas para as polícias, as ruas provavelmente eram vistas como terreno de domínio das autoridades policiais. Além disso, a polícia militar exercia outras atividades além das abordagens repressivas, como por exemplo, o socorro a pessoas doentes e/ ou acidentadas.

Também seria possível considerar que os jornalistas que trabalhavam na cobertura das ocorrências policiais tivessem mais intimidade e, mesmo, mais facilidade para cobrir os outros acontecimentos do cotidiano das ruas da cidade. Mas, por outro lado, apesar disso, as notícias não precisariam ser publicadas na mesma seção.

Porém, nenhum argumento específico ou mesmo o conjunto deles consegue dar conta de explicar o fato de que os jornais publicassem numa mesma seção as ocorrências policiais e outros acontecimentos de ordens diversas.

É digno de nota que a abrangência da atuação policial e a própria natureza das interpretações jornalísticas dos acontecimentos naquele momento histórico, torna difícil diferenciar, em algumas situações, o que seria ou não “caso de polícia”. Exemplos encontrados em notícias: um casal namorando na calçada³⁶, um grupo de rapazes jogando futebol na rua³⁷ ou um indivíduo desconhecido caminhando pela rua³⁸ – em quaisquer dessas situações as pessoas estariam sujeitas a sofrer uma abordagem policial e/ ou virar notícia de página policial.

A abrangência dos temas era bem elástica: de roubos e furtos vultosos a calotes e furtos de galinha ou latas de goiabada; de discussões entre vizinhos e familiares a brigas de rua, agressões físicas e homicídios e tentativas; das cantadas de rapazes “indecentes” e namoros em calçadas a casos de abuso sexual e estupro; do socorro a pessoas doentes às recomendadas internações em manicômios; da preocupação com os casos de embriaguez, desordem, vadiagem e malandragem às prisões por suspeita ou para averiguações; meretrício; macumba; suicídio e tentativas; das críticas às “peladas” nas ruas

³⁶ A TRIBUNA. *A moralidade na Praia do Suá*. 12 mar. 1948.

³⁷ A TRIBUNA. *Futebol em plena via pública*. 23 jan. 1949.

³⁸ A GAZETA. *Combate à malandragem*. 30 mar. 1951.

ou nas praias às denúncias de casas de jogos de azar ou bancas de jogo do bicho; da preocupação com menores abandonados à solicitação de intervenção policial contra as ações de grupos de moleques nas ruas; do desacato à autoridade aos abusos de autoridade ou denúncias de violência policial; tragédias, acidentes de trabalho, acidentes de trânsito, atropelamentos por autos, bondes, trem ou bicicletas; de objetos encontrados na rua às queixas contra os serviços públicos precários ou contra os abusos do comércio; das críticas à má conduta de jovens nos teatros e cinemas às solicitações de policiamento etc.

Pode-se dizer que as páginas das seções policiais publicavam também notícias de acontecimentos para além dos assuntos policiais; e que noticiavam e opinavam sobre atitudes, comportamentos, práticas e relações sociais diversas a partir de uma interpretação moral e normativa. O viés opinativo dos jornais recaía sobre os comportamentos e práticas considerados inadequados aos valores, costumes e perspectivas próprias da cidade de Vitória à época. Neste sentido, pode-se afirmar também que os meios de comunicação funcionavam como instrumentos privilegiados de interpretação e produção de significados sobre os acontecimentos cotidianos.

Notícias e assuntos em números:

Antes da apresentação dos dados levantados pela pesquisa, algumas observações são necessárias:

- Os acontecimentos ou assuntos, para efeito de informações das tabelas, serão denominados “ocorrências”;
- Os dados são referentes a uma amostragem de no máximo seis meses por ano pesquisado, não representando, portanto, todas as ocorrências de um período (ano);
- Quando encontrados vários tipos de assuntos/ ocorrências descritas em uma mesma reportagem ou artigo, foi considerado para efeito de cômputo o assunto/ ocorrência principal ou os principais;
- Foram encontrados sessenta e sete diferentes tipos de assuntos/ ocorrências (acontecimentos, comportamentos, modos de vida etc);

- Um mesmo assunto ou acontecimento podia ser noticiado diversas vezes, em dias consecutivos, sendo computada cada notícia como nova ocorrência;

TABELA 2 – Tipos de acontecimentos e ocorrências publicados na seção “Gazeta Policial”, do jornal *A Gazeta* (1945-1954):

Tipo	Ano										Total	%
	45/46	47	48	49	50	51	52	53	54			
Acidentes trânsito	-	14	7	28	18	13	18	203	161	462	19,9%	
Furtos	4	62	8	18	1	25	21	71	64	274	11,8%	
Agressões físicas	-	34	6	11	1	14	21	79	52	218	9,4%	
Homicídios e tentativas	-	17	5	11	1	18	14	70	73	209	9,0%	
Desordem	-	28	1	4	1	13	7	51	17	122	5,2%	
Policimento	1	6	1	2	1	9	12	20	20	72	3,1%	
Malandragem/vadiagem	2	16	-	5	6	14	5	10	9	67	2,9%	
Jovens e atos ilegais	4	9	1	1	2	1	11	14	18	61	2,6%	
Jogos de azar	3	10	-	9	-	4	9	13	8	56	2,4%	
Prisões para averiguações	-	27	-	-	-	7	7	8	6	55	2,4%	
Suicídios e tentativas	-	8	3	5	-	4	3	7	24	54	2,3%	
Atos indecentes	1	1	-	-	2	5	4	32	7	52	2,2%	
Abusos/violências policiais	-	9	-	1	2	4	1	6	18	41	1,8%	
Loucos e internações	-	12	-	1	-	5	-	6	4	28	1,2%	
Rituais afro-brasileiros	-	2	-	1	1	2	2	15	1	24	1,0%	
Outros	3	94	21	25	6	38	14	146	183	530	22,8%	
Total Geral	18	349	53	122	42	176	149	751	665	2.325	100%	

Fonte: *A GAZETA* (1945-1954)

Nota: Tabela e dados elaborados pelo autor. Nos anos de 1945 e 1946, a seção “Gazeta Policial” não era publicada ainda, tendo surgido em 1947.

TABELA 3 – Tipos de acontecimentos e ocorrências publicados na seção “Polícia e Ruas”, do jornal *A Tribuna* (1945-1952):

Tipo	Ano									Total	%
	45	46	47	48	49	50	51	52	53/54		
Furtos	40	34	57	98	36	24	30	56	-	375	16,7%
Agressões físicas	63	44	38	54	18	20	14	56	-	307	13,6%
Acidentes trânsito	16	23	45	55	31	14	3	32	-	219	9,7%
Homicídios e tentativas	5	12	21	29	18	13	4	41	-	143	6,3%
Desordem	22	18	29	20	11	6	3	32	-	141	6,3%
Jogos de azar	29	17	15	29	9	10	1	5	-	115	5,1%
Policimento	14	5	15	17	14	21	7	17	-	110	4,9%
Malandragem/vadiagem	13	13	19	14	10	7	7	21	-	104	4,6%
Abusos/violências policiais	8	13	11	6	19	10	4	24	-	95	4,2%
Jovens e atos ilegais	7	10	14	18	5	3	14	11	-	82	3,6%
Prisões por suspeita	9	6	18	11	3	5	2	13	-	67	3,0%
Atos indecentes	10	1	3	12	10	5	-	9	-	50	2,2%
Meretrício	18	6	7	3	2	4	2	5	-	47	2,1%
Suicídios e tentativas	8	5	1	8	6	1	6	6	-	41	1,8%
Loucos e internações	10	1	1	9	7	-	1	6	-	35	1,6%
Outros	41	28	30	85	43	68	4	23	-	322	14,3%
Total Geral	313	236	324	468	242	211	102	357	-	2.253	100%

Fonte: *A TRIBUNA* (1945-1952)

Nota: Tabela e dados elaborados pelo autor. Os exemplares de *A Tribuna* dos anos 1953 e 1954 não foram encontrados em arquivos públicos, pois o material foi perdido. Além disso, não existe espaço de pesquisa na sede do jornal *A Tribuna*.

Como pode ser observado analisando as Tabelas 1 e 2, eram poucas as diferenças entre os jornais *A Gazeta* e *A Tribuna* quanto aos assuntos noticiados.

Na sequência, alguns dos assuntos elencados nas tabelas serão discutidos mais detalhadamente, seguindo o objetivo deste estudo de analisar a forma como os jornais capixabas noticiavam e interpretavam os acontecimentos,

práticas, comportamentos e modos de vida no cotidiano da cidade de Vitória, no período de 1945 a 1955.

Prisões por suspeita ou para averiguações:

Em seu mês de inauguração, a seção “Gazeta Policial” caprichou no título da notícia e publicou “Pedreiro, ou engraxate?”, narrando a prisão de um migrante por suspeitas:

Perambulava ontem pelas nossas ruas J.M.B.³⁹ de 22 anos de idade, solteiro, natural do Estado de São Paulo dizendo-se pedreiro e que, procedente da Capital Bandeirante viera mudar de profissão neste Estado, pois pretendia montar aqui uma banca de engraxate. O detetive Raulino desconfiou de suas maneiras e levou-o até à Chefatura, comunicando o fato ao dr. Arnaud e Lima Cabral, que não acreditando no “conto do vigário”, mandou mantê-lo no xadrez para as devidas sindicâncias. (*grifos nossos*)⁴⁰

Durante as décadas de 1940 e 1950, as prisões por suspeita ou para averiguações eram noticiadas com bastante frequência nas páginas policiais capixabas. Sendo que em 1947, tanto em *A Gazeta* como em *A Tribuna*, o assunto apareceu em maior percentual, representando, respectivamente, 7,7% e 5,5% dos assuntos noticiados.

Geralmente, os jornais falavam ou de alguém muito conhecido da polícia, frequentador assíduo das páginas policiais e que era preso por qualquer ato suspeito; ou falavam de um indivíduo “estranho” ou “desconhecido” em Vitória, principalmente vindo de outro estado. Mas, apesar da divulgação de diversas informações pessoais dos envolvidos nas prisões, os motivos das suspeitas na maioria das vezes não eram divulgados.

Segundo a notícia intitulada “Campanha saneadora”⁴¹, de *A Gazeta*, as autoridades policiais, com o “propósito de moralizar os costumes em nossa terra”, decidem realizar “ronda diária e permanente pela cidade, exigindo dos elementos suspeitos os seus documentos”.

³⁹ Como informado anteriormente, eram publicados os nomes completos das pessoas envolvidas nas notícias das páginas policiais. Mas neste trabalho, para preservar a história das pessoas, serão publicadas apenas as iniciais.

⁴⁰ A GAZETA. *Pedreiro, ou engraxate?* 03 jul. 1947.

⁴¹ A GAZETA. *Campanha saneadora*. 17 mar. 1951.

Em outro caso que foi publicado em *A Gazeta*, com o título “Preso para averiguações”:

Foi preso ontem para averiguações, o indivíduo J.R., de 47 anos de idade, casado, braçal e natural de Sergipe, em vista de haver chegado ao conhecimento da polícia, fatos que está (sic) exigindo explicações. Após as competentes diligências, o dito indivíduo será posto em liberdade.⁴²

O que chama atenção no conteúdo das notícias sobre prisões e detenções da época, por quaisquer que fossem os motivos, era a despreocupação em relação à preservação da identidade das pessoas envolvidas nos episódios. Pelo contrário, era divulgado o nome completo e, se possível, endereço de residência e\ ou de trabalho, idade, estado civil, profissão, procedência, apelido (se houvesse) e até mesmo nome de parentes.

Sobre o assunto, Margotto lembra um detalhe importante, quando, por exemplo, a reportagem envolvia filhos de família com um nome a zelar:

[...] quando se trata de **denúncia sobre alguém ou sobre filhos de alguma família que tinha um nome a zelar, utiliza-se sujeito indeterminado** e, em algumas ocasiões, ameaça-se publicar o nome dos envolvidos no caso de persistirem com os costumes que estão sendo condenados. [...] frente a uma algazarra de crianças, **o Jornal relata – e ameaça divulgar os nomes – que um grupo de mocinhos bonitos que fazia depredações** de toda ordem no Parque Moscoso. (MARGOTTO, 2001, p. 58, *grifos nossos*)

Reforçando a afirmação de Margotto, um texto do jornal *A Tribuna*, na própria seção “Polícia e Ruas”, intitulado “A Cesar o que é de Cesar”, de forma contraditória, demonstra a preocupação do jornal em preservar os nomes de famílias tradicionais de Vitória:

O uso indevido de nomes de famílias tradicionais e respeitáveis do nosso Estado, por pessoas que os não possuem e até mesmo por desclassificados, é abuso que se vem amudando e que está exigindo um providencia dos poderes competentes. [...] “A Cesar o que é de Cesar”. Humilde ou ilustre nos honra e orgulha da mesma forma o nome que possuímos. De que serve ao peru as penas vistosas de um pavão? A finalidade desta nota é combater tais anomalias que não beneficiam a quem as explora e lesam gravemente **a quem de modo injusto e abusivo vê o seu nome figurar em “seções policiais” por contravenções furto de galinhas, etc.** A própria polícia não os devia registrar, nem fichar

⁴² A GAZETA. *Preso para averiguações*. 04 jul. 1947.

com esses nomes, pois que assim está, conscientemente cooperando para o seu descrédito. **As famílias tradicionais da nossa terra são assaz conhecidas** e se nós sabemos separar o joio do trigo o mesmo não se verifica lá fora. **A imprensa é arma de dois gumes**. Poderosa divulgadora é como a Fama – a mais veloz das pragas. **Tanto difunde as boas como as más notícias**. Urge forjarmos um novo Rubim, para que todos se contentem com os nomes que têm. (*grifos nossos*)⁴³

Embriaguez e desordem:

A sequência embriaguez, desordem e detenção era uma das mais comuns nas páginas policiais, como o caso noticiado em “Cheio da ‘cana’ fazia sururu”:

[...] foi conduzido à presença da autoridade do dia, e em seguida recolhido ao xadrez, o indivíduo A.P., que às 2:30 horas da madrugada estava fazendo desordem na via pública.⁴⁴

Ou em outro caso narrado em “‘Pé de cana’ no ‘xilindró’”:

Ante-ontem cheio de “cana” estava fazendo confusão [...] Afim de que o “movimento” do alcoolatra não viesse trazer dificuldades à ordem pública, o Comissário Clou resolveu levá-lo até a “Galeria do Silêncio”, onde o borracho ficou em “panos quentes”.⁴⁵

E na mesma edição de “Gazeta Policial”, outro título do mesmo tema “O escravo de Dona ‘Branca’”:

A.S. não é propriamente ébrio incorregível (sic), mas quando a canela começa a coçar, fica com o “radiador” fumegante, **a aí tem o coitado que beber... beber, se possível até chumbo derretido**. E quando isso acontece, é tempo quente na cidade. Ainda ante-ontem **abarrotoou o “tanque” e fês (sic) um “bacurorú” dos diabos**, tendo que **se acalmar no “Zeppelin”**. Após as 24 horas de isolamento (sic) voltou a contemplar as belezas da vida, disposto a não mais se escravisar (sic) a dona “branca”, que lhe produz energia atômica no cérebro. (*grifos nossos*)⁴⁶

As notícias sobre casos de embriaguez e desordem, em geral, recebiam um tom humorístico dado à narração dos fatos. E os indivíduos “enquadrados” nos

⁴³ A TRIBUNA. *A Cesar o que é de Cesar*. 07 jan. 1945.

⁴⁴ A GAZETA. *Cheio de “cana” fazia sururu*. 05 ago. 1947.

⁴⁵ A GAZETA. *“Pé de cana” no “xilindró”*. 06 ago. 1947.

⁴⁶ A GAZETA. *O escravo de Dona “Branca”*. 05 ago. 1947.

casos de embriaguez eram nomeados pelos jornais com diversas expressões engraçadas: “amigo da uca”, “amante de Dona Branca”, “Cariacica”⁴⁷ etc.

Algumas vezes, uma ou outra pessoa com nome nas seções policiais solicitava uma retificação ao jornal, ou por erro na publicação do nome ou explicando algum equívoco na divulgação dos fatos. Nem sempre os jornais concordavam e permitiam ao envolvido o direito de explicação. Mas em alguns casos era possível a publicação pelo jornal, como em “Uma explicação necessária”:

Em nossa edição de ontem [...] noticiamos ter sido preso por desordem o Sr. N.F.M.. Hoje fomos procurados pelo Sr. N.. Contou-nos a história.⁴⁸

Outros casos caracterizados como desordem aconteciam nos mercados da cidade (Mercado da Vila Rubim e Mercado da Capixaba, no Centro) envolvendo discussões e brigas.

Ainda uma terceira situação caracterizada como desordem pelos jornais e pela abordagem policial, eram os casos de “algazaras” com gritarias, xingamentos, cantorias, discussões e brigas que aconteciam nas noites e madrugadas da zona boêmia da Vila Rubim, nos arredores das “pensões alegres” da zona de meretrício de Caratoíra ou em bares de Vitória e cidades vizinhas. Em tais ocasiões, de acordo com a análise de dados das notícias, na maioria das vezes, se envolviam nas ocorrências mulheres que trabalhavam nas “pensões alegres”, marinheiros, policiais, militares e trabalhadores, quase sempre residentes em morros, favelas ou bairros operários de Vitória (Santo Antônio, Ilha do Príncipe, Fonte Grande, etc.) ou das cidades vizinhas (Jardim América, situado no município de Cariacica; São Torquato, situado no município de Vila Velha etc).

Como exemplo de um caso de desordem noticiado “Desordeiras em cana”, com prisão de nove mulheres “decaídas”:

[...] na Vila Rubim falamos acerca do grande número de desordeiros e decaídas que transformavam o bairro numa verdadeira algazarra. O Delegado local, sempre enérgico, entrou em investigações mais

⁴⁷ Cariacica: nome de aguardente, fabricada num município de mesmo nome, vizinho de Vitória.

⁴⁸ A GAZETA. Uma explicação necessária. 04 fev. 1954.

rigorosas e já vem prendendo um grande número de bagunceiros. [...] foram presas por desordem as seguintes decaídas: [...].⁴⁹

Outro exemplo é o caso de policiais envolvidos em desordem num bar em São Torquato, Vila Velha, na reportagem “Elementos da polícia fazem uma desordem em S. Torquato”:

[...] um sargento, um cabo e um soldado ali destacados, juntos com um “paisano”, depois que aí bebericaram, acharam exagerada a conta e entraram a desacatar o dono da casa, onde fizeram uma insólita desordem, acabando até por fechar a casa e por para fora o dono do estabelecimento, que foi ter à delegacia. Tudo devidamente explicado, a autoridade deu-lhe soltura e somos informados de que aqueles elementos foram recolhidos.⁵⁰

Uma observação importante em relação à notícia acima: o fato de os policiais não terem seus nomes identificados como nos casos envolvendo outros trabalhadores, indivíduos denominados malandros ou mulheres “decaídas”.

Em relação à regularidade dos locais de prisão e dos locais de residência dos envolvidos em casos de embriaguez e desordem, alguns exemplos podem ser encontrados nas divulgações do “Movimento da Rádio Patrulha”, do dia 07 de julho de 1953, que mostra os seguintes resultados:

[...] **PRESOS PORDESORDEM** – José de Tal, residente na Av. **Santo Antônio, detido em Santo Antônio** e conduzido para a Delegacia do 3º D. Policial, M.F.S., residente no **Alto de Caratoíra, detido na Pensão da Aurora** [...] A.F.C., **sem residência**, detido na Pensão [...] J.R., residente à rua Brás Rubim, **detido em Santo Antônio** [...] S.P., residente em **Mulembá** [...] L.C.N., residente em **Vila Rubim, detido no Mercado da Vila Rubim** [...] I.J.B., residente em **Ilha do Príncipe** e A.A.B., residente em **Cobi, detidos em Ilha do Príncipe** [...] L.P.F., residente à Rua Santa Leopoldina, **detido em Caratoíra** [...] **DETIDOS POREMBRIAGUEZ** – V.S.S., residente em **Jardim América**; A.P.C., **sem residência**; M.M., residente em **Jucutuquara**; A.S., residente em **Paul**; A.N., residente em **Paul**; J.E. e M.G.S., residentes em **Mulembá** [...].(grifos nossos)⁵¹

Desordem era o quinto tema mais noticiado nos jornais, correspondendo a 6,3% das notícias de *A Tribuna*, e a 5,2% de *A Gazeta*. Entretanto, a definição de desordem não parecia ser fácil de determinar, pois denominava situações

⁴⁹ A TRIBUNA. *Desordeiras em cana*. 28 nov. 1948.

⁵⁰ A TRIBUNA. *Elementos da polícia fazem uma desordem em S. Torquato*. 05 dez. 1950.

⁵¹ A GAZETA. *Movimento da Rádio Patrulha*. 07 jul. 1953.

tão diversas que seria bastante trabalhoso elencar todas. Tal indefinição, por sua vez, deixava uma margem de discricionariedade considerável para a atuação policial e para as interpretações dos meios de comunicação em relação aos comportamentos e atitudes considerados inadequados ao conjunto de valores sociais e costumes da cidade de Vitória.

Malandragem e vadiagem:

Em uma “batida” na Ilha do Príncipe, as autoridades policiais informaram a captura d’“Os sete ‘azes’ da malandragem”⁵², que habitavam os “baixos das ‘cinco pontes” e que naquele local “praticavam os maiores abusos, assaltando residências, cercando os transeuntes e roubando aqui e acolá”.

Em outra reportagem de “Gazeta Policial”, o jornal comemora o sucesso de uma “Batida nos antros da malandragem”:

[...] conseguindo arrancar de suas malocas, inúmeros vagabundos [...] ainda não podemos dar os respectivos nomes [...] **As autoridades ficharão todos os indivíduos que estiverem perambulando pela cidade sem profissão definida**, seja de gravata ou pé no chão. (*grifos nossos*)⁵³

As definições de malandragem e vadiagem podem ser abrangentes e incertas. E, nos jornais, os termos eram utilizados indefinidamente entre si.

Segundo Melo (2001), a figura histórica do malandro encontra-se submetida a um tríplice registro imagético:

De um lado, temos a **equivalência moral entre vadiagem e ausência de caráter**, própria dos registros da produção de capital do início do nosso século; de outro, **incide sobre o personagem uma periculosidade** ainda maior que a anterior, posto capaz de ocultar seus objetivos, permanecendo alheio à culpabilização da normatividade social [...]; e, por último, vemo-nos frente a uma mescla entre a inscrição identitária de características individuais fixadas na natureza psíquica [...]. (MELO, 2001, p. 187-188)

Ainda segundo Melo (2001), teria ocorrido no Brasil, como já o havia ocorrido em países europeus, “o advento das *classes perigosas*”:

⁵² A GAZETA. *Os sete azes da malandragem*. 20 ago. 1947.

⁵³ A GAZETA. *Batida nos antros da malandragem*. 16 abr. 1947

[...] vinculando o malandro a vadio, vagabundo, capoeira, cáften, prostituta, bicheiro, ladrão, cigano, biscateiro, anarquista, desordeiro... todos, agora, obstacularizadores da cidadania. [...] o malandro recebeu daqueles, em troca, a vinculação à marginalidade quanto ao trabalho, e à periculosidade quanto ao crime. (MELO, 2001, p. 189-190)

Dentre os registros imagéticos do malandro e, por conseguinte, da malandragem, elencados por Melo, os dois primeiros (vadiagem e periculosidade) traduzem bem os registros imagéticos do malandro e da malandragem encontrados nas páginas policiais capixabas nas décadas de 1940 e 50. Os termos malandragem, vadiagem e vagabundagem eram utilizados indefinidamente para designar um mesmo modo de vida. Malandragem era relacionada à marginalidade, à ociosidade ou à periculosidade. O malandro era visto como sinônimo de vadio, ocioso, vagabundo, desordeiro ou larápio; ou como sinônimo de indivíduo perigoso ou criminoso em potencial.

Os malandros como desocupados e fazendo depredações são encontrados na notícia “Desocupados na Vila Rubim”:

[...] Na manhã de ontem desocupados entenderam de lançar pedras pesadas sobre as casas. [...] Vila Rubim está precisando de um destacamento policial. Os malandros ali estão fazendo estragos, trazendo os moradores em sobressalto.⁵⁴

O malandro como criminoso cometendo um roubo com lesões corporais à vítima, aparece na reportagem “Um homem esfaqueado em Paul⁵⁵”, com o subtítulo “A malandragem está imperando na zona fronteira à capital!”.

O malandro como trabalhador desonesto atuando no Cais do Porto de Vitória, na reportagem “A malandragem nos cais”:

A malandragem nos cais da cidade continua solta, embora estejam as nossas cheias de pedidos de um maior policiamento nestes setores (sic). Ainda ontem, um indivíduo que atende pela alcunha de “João Grande”, foi chamado a fazer carroto, no Mercado da Vila Rubim. Velho malandro, sem a necessária identificação policial, aceitou o serviço que compunha de 2 sacos de laranja de um negociante [...] Colocar os sacos na cabeça e desaparecer na primeira esquina foram cousas fáclimas para o “João Grande”.⁵⁶

⁵⁴ A GAZETA. *Desocupados na Vila Rubim*. 02 set. 1952.

⁵⁵ A TRIBUNA. Um homem esfaqueado em Paul. 08 jan. 1952.

⁵⁶ A TRIBUNA. *A malandragem nos Cais*. 11 mai. 1947.

Um exemplo de malandragem como ociosidade pode ser encontrado na notícia intitulada “Presos por malandragem”:

Prosseguindo em sua rigorosa campanha contra a malandragem, o delegado [...] fez prender, ante-ontem, às 22:30 horas, os malandros J.A.S. e M.J.N., ambos conhecidos malandros que estavam dormindo sobre as bancas de verduras do Mercado da Vila Rubim.⁵⁷

Portanto, o maior problema do uso indiferenciado dos termos, malandro e malandragem, era a abrangência de comportamentos, atos e modos de vida que poderiam ser associados, indistintamente, às ideias de ociosidade ou periculosidade. Desde desempregados, trabalhadores informais, mendigos ou sem-teto, a criminosos – perigosos, de fato, ou não. Um conceito abrangente tornava possível críticas abrangentes nos jornais e atuações abrangentes das polícias, enquadrando perigosamente situações como a de um indivíduo andando pelas ruas sem documento ou esperando a condução no ponto, casos exemplificados na reclamação publicada por *A Gazeta* intitulada “Combate à malandragem”:

A fim de reclamar contra a inclusão do nome de seu filho R.M. na relação de ontem aqui publicada em “Gazeta Policial”, sob o título que epigrafa esta nota, esteve nesta redação o Sr. M., funcionário da Biblioteca Pública Estadual. Informou-nos o sr. M. que o moço não é malandro. [...] trabalha modestamente no “Lux Hotel”, a cujo serviço estava quando, sem mais nem menos, foi preso.

[...] Na edição de ontem mesmo [...] publicamos a reclamação do Sr. D.A., residente em Jacaraípe, o qual esperava condução para regressar àquela localidade, foi preso por uma agente de polícia.⁵⁸

E o mesmo jornal que enaltecia as campanhas contra a malandragem e a vigilância policial a desconhecidos e desocupados, criticava o excesso das ações da polícia em casos vividos por cidadãos, que depois comprovaram ser trabalhadores:

Desse modo, ninguém poderá mais andar na rua, visto que, facilmente pode ser levado à prisão como malandro.⁵⁹

⁵⁷ A TRIBUNA. Presos por malandragem. 11 jun. 1947.

⁵⁸ A GAZETA. *Combate à Malandragem*. 30 mar. 1951.

⁵⁹ Idem, ibidem.

Mendicância:

A mendicância era referida e discutida com dubiedade. Ora considerada uma situação social natural, ora vista como uma atividade de exploradores e preguiçosos. Situação incômoda, algumas vezes; oportunidade de exercitar a caridade, outras vezes. A maior preocupação relacionada à mendicância estava relacionada ao aumento de mendicantes na cidade de Vitória.

Na coluna “Hoje”, Mesquita Neto escreve o artigo “Mendicância”:

Um comerciante da **Ilha do Príncipe** [...] nos informou que **está crescendo o número de mendicantes naquele bairro**. Solicitou-nos o informante a publicação de **uma nota a quem de direito no sentido de se fazer cessar a inconveniência de peditório constante**. Mas não é o rigor da polícia que se requer, para escorçar os necessitados, a fim de que eles vão curtir sua fome e sua desgraça no inferno. Deseja-se **uma providência que socorra os que, efetivamente, precisem e remova ou faça trabalhar os que exploram**, porque a verdade é que **há precisados entre os que exploram e exploradores entre os que necessitam**. (*grifos nossos*)⁶⁰

Desta forma, a preocupação com o aumento de mendicantes levava a uma discussão sobre quem eram os mendicantes que apareciam em número cada vez maior pelas ruas de Vitória: verdadeiros mendigos, realmente incapacitados para o trabalho ou falsos mendigos, preguiçosos, exploradores e fingidos. E o comerciante citado no artigo pede uma solução: socorro (público) aos realmente necessitados e controle (das autoridades) sobre os que seriam exploradores.

Na seção “O povo reclama” (espaço reservado a cartas de leitores), de *A Tribuna*, é publicada uma queixa sobre mendicância intitulada “Mendigos e falsos mendigos”, que própria redação do jornal parece ter elaborado, talvez por receber muitas reclamações sobre o assunto:

É das mais antigas ocupações do homem a mendicância. O homem depois que descobriu que seu semelhante é caridoso, muita vez por necessidade premente, outras por comodidades, saiu pelas ruas a estender (sic) as mãos a esmola. [...] Vitória mesmo, possui (sic) seu Asilo dos Velhos [...] Há também, pelas ruas muitos mendigos e... muitos falsos mendigos. É preciso que se ponha termo a esta

⁶⁰ MESQUITA NETO. *Mendicância*. In: A Gazeta. Coluna “Hoje”. 31 ago. 1949.

situação. Que os verdadeiros indigentes sejam amparados pelo governo ou por associações de caridade. Os falsos mendigos, entretanto, trabalho, ou rua, para eles. Devemos acabar com a mendicância nas ruas de Vitória.⁶¹

Meretrício:

Os jornais *A Gazeta* e *A Tribuna*, nas décadas de 1940 e 50, praticamente não utilizavam o termo prostituição; nem mesmo o termo meretrício era utilizado de forma direta para designar a atividade, aparecendo apenas para compor uma referência geográfica à “zona de meretrício” da cidade. Analisando o conteúdo das reportagens e artigos jornalísticos sobre o tema, seria possível indagar se os termos acima citados não eram proibitivos, devido a valores morais rigorosos. Entretanto, não há como, neste trabalho de pesquisa, sustentar tal afirmação.

As mulheres que trabalhavam na zona de meretrício de Vitória, localizada em Caratoíra, exerciam suas atividades nas famosas “pensões alegres”, algumas destas pensões citadas com frequência nas páginas das seções policiais.

As mulheres das “pensões alegres” eram denominadas pelos jornais com diversos termos, alguns mais criativos e/ ou lisonjeiros como “Madalenas”, “Margaridas” ou “Camélias”, outros mais depreciativos como “decaídas” ou “mulheres de vida fácil”.

As “Margaridas” apareciam nas páginas policiais com bastante frequência, principalmente em notícias sobre embriaguez, desordem, discussões e brigas. A reportagem “‘Margaridas’ em apuros” narra a detenção por desordem de seis mulheres das famosas “pensões alegres” da “Calú” e da “Jaqueira”:

Ante-ontem à noite, **inúmeras “Margaridas”**, em companhia de alguns marinheiros, foram para o bar “Fla-Flu”, na Vila Rubim, e ali fizeram uma grossa farra. Mais tarde quando o álcool havia subido, começaram a insultar a polícia civil, prejudicando grandemente o sossego público em grossa algazarra. O delegado Ramires que está intensificando naquela zona o **policimento de costumes**, compareceu ao referido estabelecimento e **levou as desordeiras para o xilindró** [...] as quais foram postas em liberdade. (*grifos nossos*)⁶²

⁶¹ A TRIBUNA. *Mendigos falsos e verdadeiros*. 30 out. 1946.

⁶² A GAZETA. “*Margaridas*” em apuros. 04 jul. 1947.

A detenção era uma constante na vida dessas mulheres, por motivos diversos, alguns inesperados, como na reportagem “Uma colegial diferente...”:

A **decaída M.L.** que sabe costurar, resolvera, com outras companheiras, **confeccionar vestidos do tipo do uniforme usado por um dos colégios** desta Capital e, assim, sem mais aquela, **faz o vestido e... meteu-se nele.** Tendo-se mudado a contragosto da casa onde residia, foi por uma companheira denunciada à Polícia e, como, consequência, **presa e recolhida** a uma das celas da Chefatura de Polícia **onde se encontra já noutra “toilette”.** (*grifos nossos*)⁶³

O combate à zona de meretrício emergia constantemente em artigos de jornais, talvez, e principalmente, pelo fato de Caratoíra ser um bairro bem localizado: não muito longe do Centro de Vitória e próximo ao Mercado da Vila Rubim e a bairros operários como Santo Antônio. Em artigo intitulado “O meretrício desmascarado”, o jornal enfatiza que o meretrício e as casas de tolerância eram proibidos pelo Código Penal Brasileiro, e que na realidade a fiscalização às práticas era minimizada pelas autoridades:

[...] mas na realidade **este nefasto comércio é quase sempre permitido embora a polícia e a saúde pública tentem regulamentá-lo.** Numa cidade como Vitória, por exemplo, existem mais de 200 prostitutas fichadas na polícia e na saúde pública, sem contar as clandestinas que operam em número desconhecido, mas provavelmente superior às fichadas. Entre 70 e 80% destas mulheres são portadoras de doenças venéreas, transmitindo-as constantemente à população masculina da cidade. [...] **É puro engano pensar-se que estabelecendo uma certa zona para o meretrício será melhor do que proibi-lo de todo como pede o código penal.** Quais são os fatos com relação à zona do meretrício? (*grifos nossos*)⁶⁴

E o autor responde à pergunta ao final da citação criticando uma zona específica para o meretrício, pois tal não resolveria o problema, já que, independente disso, as prostitutas se espalhariam pelos bairros e surgiriam novas prostitutas, além de que o aumento das doenças seria inevitável.

Na já citada reportagem intitulada “Próximo ao aeroporto, a ‘Cidade das Camélias’”, o jornalista Ramos de Oliveira informa sobre o polêmico projeto de lei a determinar uma nova região para a zona de meretrício, e que esta, na opinião da “maioria”, deveria se localizar em local que não tivesse efeito contraproducente à força de trabalho da população operária:

⁶³ A TRIBUNA. *Uma colegial diferente...* 13 mar. 1948.

⁶⁴ A GAZETA. *Meretrício desmascarado.* 26 nov. 1948

[...] qual o bairro onde se levantará a “Cidade das Camélias”? Uns tem como certo as proximidades do bairro de Santo Antônio; mas outros assim não entendem, visto como é grande a população operária daquele setor, o que, de certo modo, poderia resultar em medida contraproducente. [...] mais provável a zona suburbana da cidade além da Ponte da Passagem, nas proximidades do aeroporto de Goiabeiras.⁶⁵

Atos indecentes e faltas morais:

No artigo “Abertas, em pleno coração da cidade”, o autor demonstra ser difícil dizer claramente o que gostaria de dizer sem sujar as páginas do jornal. Seria sobre as “pensões alegres”?

Já compreenderam os nossos leitores que queremos falar dos “**núcleos obscuros**”, onde a descência (sic) não entra e que, em nossa cidade, **estão localizados na parte central**, bem ali pertinho da Praça Oito de Setembro. A Rua Duque de Caxias, parece-nos, nasceu para ser ponto estratégico destes locais. **Antigamente, no seu começo, era localizado o “cortizo” da cidade.** Alguém houve por bem transferi-lo para outro local. E hoje, o que se vê...No entanto, **porque a ereção desses antros, onde se localiza uma parte mais suja ainda que o próprio meretrício? Aí é onde vão os “casaizinhos” escondidos para suas entrevistas amorosas.** Urge uma medida à suspensão de tais “**casas suspeitas**”. (*grifos nossos*)⁶⁶

Não era das “pensões alegres” ou da zona de meretrício que o autor, depois de dar muitas voltas, queria falar, mas de estabelecimentos destinados ao encontro de casais – uma espécie de motel da época. E que o autor tornou a lembrar no dia seguinte, exigindo atitude por parte das autoridades.

Os termos “atos indecentes” e “faltas morais” eram encontrados nas páginas dos jornais e eram avaliados de acordo com os costumes e valores morais da sociedade de Vitória, à época. Os incômodos com os comportamentos indecentes e as faltas morais encontravam espaço para manifestação nos jornais em reportagens, artigos ou mesmo em cartas e reclamações de leitores. Com a manchete “Um ‘mocinho bonito’ que precisa de ser olhado pela polícia”, a seção “Polícia e Ruas”, publica uma queixa de um senhor incomodado com as paqueras que sua filha vinha recebendo de um rapaz:

⁶⁵ OLIVEIRA, Ramos de. *Próximo ao aeroporto, a “Cidade das Camélias”*. In: A Gazeta, Vitória, 03 jul. 1951.

⁶⁶ A TRIBUNA. *Abertas, em pleno coração da cidade*. 04 jul. 1945.

[...] a queixa de **um mocinho que se classifica de “bonito” e que tem como atuação, mexer com as filhas dos outros**. É seu “esporte” predileto. Ainda ontem, saindo com uma das filhas, a mesma foi “mimoseada” com ditinhos que ele, pai não gostou. Pedenos o queixoso uma vista de olhos de nossa polícia de costumes para esses elementos. (*grifos nossos*)⁶⁷

Os namoros de “Romeus” e “Julietas” nas ruas, calçadas e praias da cidade também eram motivo de preocupação moral, sendo inclusive solicitado policiamento pelo jornal, conforme o “Alerta a policia em Jucutuquara”:

[...] o policiamento do Distrito de Jucutuquara não tem se descuidado nas observações para evitar as cenas dos “Romeus” e “Julietas”, que preferem as imediações das praias.⁶⁸

Na seção “Espelho da Cidade”, de *A Gazeta*, o colunista adverte aos casais de “Romeus” e “Julietas”:

[...] esperando que os “romeus e julietas” sejam menos afoitos e mais previdentes. Quando o pessoal não estiver olhando troquem os seus beijos, mas de forma que não sejam vistos!...⁶⁹

Indivíduos de fora, que não respeitavam os costumes da cidade, também eram motivo de preocupação para os jornais. Em carta do repórter-amador João da Silva, publicada pelo jornal *A Tribuna*, um exemplo do incômodo com os “forasteiros”:

[...] uma cena, que não deixa de ser desagradável. Três indivíduos, corpulentos, parecendo ser de bordo, estavam sem camisas, e de calções de banho, pouco recomendáveis (semi-nus), passeando pela nossa principal artéria, como quem estivesse num balneário. [...] O certo é que estes indivíduos, continuaram a caminhar pela avenida, com o maior cinismo, pouco ligando às senhoras ou senhoritas, que passavam por ali, e tão pouco as famílias que moram nas imediações. [...] então será Vitória uma cidade civilizada? A polícia precisa ser mais enérgica com certos forasteiros [...].⁷⁰

⁶⁷ A TRIBUNA. *Um “mocinho bonito” que precisa de ser olhado pela polícia*. 12 ago. 1945.

⁶⁸ A TRIBUNA. *Alerta a policia em Jucutuquara*. 03 mar. 1948.

⁶⁹ SANTOS, Darli. *Vamos namorar...* In: *A Gazeta*. Seção Espelho da Cidade. 10 nov. 1950.

⁷⁰ SILVA, João da. *Mais policiamento na Avenida Capichaba*. (carta, 1946). In: *A Tribuna*, Vitória, 14 abr. 1946.

Suicídios:

Nas notícias sobre suicídio ou tentativa de suicídio, os meios de comunicação também não demonstravam nenhuma preocupação em resguardar a identidade do envolvido. Pelo contrário, eram publicadas várias informações como nome completo, nome de familiares, endereço, profissão, motivos e forma do ocorrido. Em “Gazeta Policial”, a notícia “Suicidou-se com um tiro no ouvido” informa:

Ontem os habitantes do Morro da Piedade foram surpreendidos [...] com um estampido que foi logo identificado como sendo produzido por arma de fogo. [...] viram tratar-se de A.A.A., de 25 anos de idade, solteiro, comerciante estabelecido à Rua Coronel Monjardim, com uma quitanda. [...] supondo-se pelas declarações que A. puzera fim à existência por questões amorosas.⁷¹

A reportagem de “Polícia e Ruas”, com o título “Suicídio”, elenca diversas informações sobre o envolvido: nome completo, profissão, idade, cor, estado civil, número de filhos e endereço. Além disso, a sequência dos fatos é narrada em detalhes. E como se não bastasse, o jornal faz a chamada para mais detalhes contidos em cartas a serem informados no dia seguinte:

A Polícia teve ciência do ocorrido e tem em seu poder cartas deixadas pelo suicida, cuja divulgação daremos em nosso próximo número.⁷²

A seção “Polícia e Ruas”, em reportagem com mesmo nome da anterior, cumpre a promessa e divulga outras informações sobre o assunto. São revelados os motivos contidos em cartas, assim como certas solicitações do envolvido.

Loucos e internações:

Os loucos recebiam um tratamento, até certo ponto, “compreensivo” dos jornais, mas a loucura era caso a ser abordado pela polícia e a ser encaminhado para o Hospital dos Psicopatas, na Ilha da Pólvora (Santo

⁷¹ A GAZETA. *Suicidou-se com um tiro no ouvido*. 02 ago. 1947.

⁷² A TRIBUNA. *Suicídio*. 14 abr. 1948.

Antônio) para cuidados específicos. “E a louca voltou...” é o título de uma notícia de “Gazeta Policial” que exemplifica as divulgações de acontecimentos envolvendo loucos e internações no Hospital dos Psicopatas:

Em dias da semana passada, deu entrada na Chefatura de Polícia desta Capital, vindo de Barra de São Francisco, a fim de ser internada no Hospital dos Psicopatas a louca G.G.J. Não havendo vaga no Hospital e não dispondo nossa Polícia Civil de cubículos suficientes para tais casos, foi **a doente mental recambiada ao seu município e entregue aos seus parentes, agora desiludidos por não haver acomodações disponíveis na Ilha da Pólvora**, em Santo Antônio. (*grifos nossos*)⁷³

Os atos de um “infeliz moço” enlouquecido são noticiados na reportagem “Enlouqueceu e virou féra”:

Um louco em Santo Antônio. [...] um homem havia enlouquecido e promovia a mais grossa das anarquias no bairro, quebrando garrafas, agredindo pessoas indefesas e fazendo depredações. [...] conseguiram dominar o **infeliz moço** que foi transportado para a Chefatura, onde ficou num dos cubículos locais para ser internado no hospital competente. (*grifos nossos*)⁷⁴

Entretanto, na reportagem especial “Hospital de Psicopatas”, o jornal *A Gazeta*, narra visita de um redator ao referido hospital e responde à carta de um leitor que teria denunciado “barbaridades cometidas por funcionários”, “espancamento de interna” e “a péssima alimentação dada aos internos”. Estranhamente, contrário ao que fora demonstrado pela história dos hospitais psiquiátricos capixabas, inclusive do Hospital dos Psicopatas, as conclusões do jornal sobre o caso foram as seguintes:

[...] Diretor do Hospital veio dizer que gostaria que fosse aquela casa visitada por um redator de “A Gazeta”. [...] Nas enfermarias vários doentes tinham seu prato de comida e de muita comida. [...] O prédio é velhíssimo [...] mas nele havia limpeza. Ouvimos a interna apontada na carta de haver sido maltratada. Com ela conversamos. No pescoço, um ligeiro arranhão; somente no pescoço. Qual a razão? [...] A doente esteve desesperada e deveria, então, ser conduzida ao cubículo. E foi o que aconteceu. Na escada, porque não queria seguir, caiu com o guarda e daí o leve machucado.⁷⁵

⁷³ A GAZETA. *E a louca voltou...* 05 ago. 1947.

⁷⁴ A TRIBUNA. *Enlouqueceu e virou féra*. 13 jan. 1949.

⁷⁵ A GAZETA. *Hospital de Psicopatas*. 13 mar. 1953.

Portanto, o jornal era, até certo ponto, compreensivo com os “infelizes” “loucos”, “doentes mentais”, “débeis mentais” ou “psicopatas”, desde que quietinhos em casa ou dentro dos muros do hospital a eles destinado.

Os jogos de azar:

Os jornais capixabas, durante as décadas de 1940 e 1950, tratavam os jogos de azar com bastante rigor. Os diversos tipos de jogos (baralho, bilhar, dados etc) costumeiramente praticados com apostas em dinheiro, tornavam-se alvos a serem combatidos. Os jogos de cartas ou baralho eram os mais noticiados e, conseqüentemente, os mais criticados.

E o motivo de combate ao jogo de azar seria o de que “tornou-se um perigo social”, assim como “o jogo do bicho e outros cancros semelhantes”, de acordo com os subtítulos da reportagem “Será iniciada rigorosa campanha contra os jogos de azar...”:

Há poucos dias foram levados à Chefatura, vários **elementos estranhos**, que aqui vieram com o propósito de acender a chama desse vício tão abominável. [...] É desejo de nossa polícia, limpar esta cidade, não só do conhecido jogo do bicho, como também do **tal “pif-paf”**⁷⁶, que vem assumindo proporções gigantescas em nossa sociedade. É um verdadeiro coqueluche! [...] **vem contaminando a nossa mocidade** [...] pois em Vitória, ele já saiu do terreno do esporte, para o profissionalismo, **e muitos indivíduos estão vivendo a custa dessa nova adaptação.** (*grifos nossos*)⁷⁷

O jogo do bicho também era considerado de maneira depreciativa, pois, mais que uma prática, era uma atividade comercial ilegal, ilusória e viciosa a ser combatida. Em uma crônica sobre a Vila Rubim, o jogo do bicho é até mesmo utilizado pelo jornalista como metáfora para explicar a miséria social:

O bicho não poderia faltar [...] está presente por todos os cinco lados, cercado do primeiro ao quinto. [...] **que não faz mais cerimônia com a polícia**, que **anda no bolsinho de todos os cambistas**. O bicho da infelicidade que mora no coração e no estômago de toda aquela gente pobre, de todos aqueles

⁷⁶ Pif-paf: espécie de jogo de baralho.

⁷⁷ A TRIBUNA. *Será iniciada rigorosa campanha contra os jogos de azar...* 17 jan. 1945.

carregadores e de todos aqueles doentes que procuram na “Cariacica” um lenitivo e um desaforo. (*grifos nossos*)⁷⁸

As notícias sobre jogos de azar, principalmente sobre jogos de baralho, eram sempre relacionadas à atuação policial – fosse para registrar uma “batida” policial, ou para denunciar, solicitar ou mesmo cobrar a repressão policial em locais onde o jogo estava sendo praticado à vontade, ou para a proposição de campanhas no combate aos jogos de azar.

Embora as campanhas de combate aos jogos de azar, principalmente aos jogos de baralho, já estivessem sendo divulgadas há bastante tempo, a todo vapor, nos meios de comunicação, somente em agosto de 1947, é que informações sobre um edital de Chefatura de Polícia, “publicado em outro local”, é noticiado na seção “Gazeta Policial”, na nota “Considerado o pif-paf um jogo de azar”:

De acordo com o **edital da Chefatura de Polícia, publicado em outro local**, foi considerado o **“Pif-Paf” um jogo de azar**, e, a partir desta data, **será contra esse e todos os outros jogos, intensificada rigorosa campanha** [...] Desta forma fica terminantemente proibida a prática de qualquer jogo que seja por lei considerado pernicioso [...] Todo aquele que for encontrado em flagrante será preso e identificado como contraventor. (*grifos nossos*)⁷⁹

O jornal *A Tribuna* era bem mais enfático no combate aos jogos de azar. Durante o período pesquisado foram encontrados em *A Tribuna* 115 notícias e artigos combatendo a prática do jogo, contra 56 notícias e artigos encontrados em *A Gazeta*.⁸⁰

O jogo é alçado pelos meios de comunicação capixabas, principalmente pelo jornal *A Tribuna*, como um dos principais inimigos sociais a ser combatido, pois considerado uma prática viciosa, pertinente a “profissionais” mal intencionados e causa da infelicidade das famílias. O jogo deixaria indivíduos iludidos a mercê da esperteza de profissionais que lhes tomassem as suadas economias destinadas ao sustento familiar. E *A Tribuna* explica porque da posição em “Combater o jogo é prestar relevante serviço à humanidade”:

⁷⁸ MARTERCOR. *Vila Rubim – Singapura capixaba*. In: *A Gazeta*, Vitória, 20 jun. 1948.

⁷⁹ A GAZETA. *Considerado o pif-paf um jogo de azar*. 27 ago. 1947.

⁸⁰ Os dados coletados em *A Tribuna* abrangem o período de 1945 a 1952, pois não foram encontrados exemplares dos anos de 1953 e 1954 disponíveis para pesquisa. Já os dados coletados de *A Gazeta* abrangem o período de 1945 a 1954. A amostragem coletada refere-se a seis meses por ano pesquisado.

No propósito de prestarmos melhor cooperação a nossa polícia, temos denunciados fatos que representam grandes benefícios à coletividade espírito-santense. O jogo é uma verdadeira perdição (sic); é um assunto que deve merecer especial atenção das nossas autoridades, quando fora do casino, explorados clandestinamente como se verifica em pontos desta cidade. Por aí existem alguns **antros que são verdadeiras arapucas. Os profissionais se reúnem com o fim exclusivo de assaltar a bolsa dos infelizes que, iludidos vão ter a essas casas.** Vitória, embora pequena, ainda possui (sic) um regular número de indivíduos que vivem exclusivamente do jogo. Bem no centro comercial, existe uma dessas cavernas, que clamam por uma visita policial. [...] Podemos dizer, que **o jogo preferido é o pif-paf**, e que trata-se de uma casa anti-higienicamente instalada, sem luz, água corrente, ar etc., **que oferece um sério perigo à saúde pública assim como a carteira do cidadão honesto.** (*grifos nossos*)⁸¹

A campanha de *A Tribuna* contra a prática do jogo era bem insistente, pois, somente no mês de setembro de 1945, o tema foi abordado pelo menos quinze vezes. Havia ainda, naquele momento, a preocupação em preparar a cidade para receber visitantes católicos de diversos estados do Brasil, devido à realização do Congresso Eucarístico em Vitória. E uma das justificativas era de que as casas de jogo não “ficariam bem” para os que prezam a decência, como indica a notícia “Nada do jogo acabar”:

Com esta, perfaz o número de 12, as crônicas que temos feito **no sentido de mostrar às nossas autoridades, a necessidade do fechamento imediato das casas de tavadagem na cidade.** [...] **Aproxima-se o Congresso Eucarístico** e não sabemos como será para os que se prezam de amar a decência. [...] A má impressão de que em Vitória, em quasi todas as esquinas existe uma casa de jogo e que este, em todos os bairros é franqueado pela nossa Polícia. Nossa Polícia deve ser contra o jogo, pois as mais altas autoridades o são. Portanto, que se acabe de uma vez por todas com a praga mais vil da sociedade. (*grifos nossos*)⁸²

Depois em outra manchete, de 23 de setembro de 1945, *A Tribuna*, com ironia, insistia no tema “E o jogo continua... XX”, denunciando inclusive que a imprensa vinha fazendo a sua parte, mas que a polícia não estaria agindo com rigor:

E a praga do pano verde continua assolando todas as paragens do Estado do Espírito Santo **apesar do combate que vimos fazendo,**

⁸¹ A TRIBUNA. *Combater o jogo é prestar relevante serviço à humanidade*. 07 fev. 1945.

⁸² A TRIBUNA. *Nada do jogo acabar*. 14 set. 1945.

como sanitarias que veem (sic) próximo um mal custoso a ser debelado. **Não é por falta da imprensa** que essa anormalidade tem curso em nosso Estado, **pois nossa missão de vigilância está sendo cumprida à risca.** [...] e Clubes de vida social já firmados há por todos os lados, não só da ilha mas de todo o território espírito-santense **funcionando abertamente às vistas de nossa Polícia.** (*grifos nossos*)⁸³

E pela persistência, com seguidas reportagens e artigos sobre o assunto, o jornal *A Tribuna*, demonstrava o poder de influência e pressão dos meios de comunicação, comemorando a vitória (mal sabiam ser temporária e/ ou ilusória) da campanha de combate ao jogo, com o título “Terminou o jogo!...”:

Felizmente, hoje temos uma notícia sensacional para todos os capixabas (sic) amantes dos bons costumes. **Terminou o jogo em Vitória**, graças a uma sábia medida tomada pelo sr. Interventor Santos Neves, que assim, escreve a sua mais bonita página em prol da consolidação do bom nome que sempre soube ter o povo do Espírito Santo. Com o extermínio da mais negra das peçonhas que enlutava o cenário dantes sem mácula das terras capixabas [...] A TRIBUNA, com sua campanha, ao nobre homem que nos dirige, a hoje se acha de parabéns e envia sua mensagem de agradecimentos. (*grifos nossos*)⁸⁴

Entretanto, a “vitória” contra o jogo durou pouco, e diversos artigos foram publicados nas semanas seguintes, sempre apontando um ou outro local em que o jogo ainda seria praticado.

Em 1948, *A Tribuna* alia-se novamente à Polícia Civil no combate ao jogo. E a nova campanha contra o jogo tem uma sequência de quatorze artigos sobre o assunto, dentre eles um intitulado “Guerra ao jogo”, com manchete em letras garrafais:

Conforme anunciamos em primeira mão, em nossa edição anterior, a Polícia Civil do Estado iniciou, ontem, uma tenaz campanha de repressão aos jogos de azar, principalmente ao “jogo do bicho” e ao pif-paf.⁸⁵

Outra grande preocupação dos meios de comunicação era o envolvimento de menores com o jogo, como na reportagem “Antro de perdição, descoberto pela Polícia – Menores entregues ao jogo de ronda”:

⁸³ A TRIBUNA. *E o jogo continua ...* XX. 23 set. 1945.

⁸⁴ A TRIBUNA. *Terminou o jogo!...* 25 set. 1945.

⁸⁵ A TRIBUNA. *Guerra ao jogo.* 20 jul. 1948.

[...] um verdadeiro antro de perdição, entregues à prática do jogo, menores de 16 anos e barbados, sendo em seguida apreendidos vários baralhos e a importância de Cr\$ 11,00, que estava sobre a mesa.⁸⁶

A *Gazeta* também se pronunciava no combate contra o jogo. E no artigo “O jogo”, Wilson Maranguape, critica a hipocrisia de policiais e autoridades públicas que também jogariam, além de criticar a ineficácia das leis e da fiscalização no combate à prática. E conclui de forma irônica:

[...] Paremos com o jogo, amigos. Tudo enoja. Ele não se acaba como pensamos. **A polícia, as autoridades públicas também jogam. Decreto-lei e xadrez não resolvem.** Antônio Torres sugeriu certa vez que o melhor seria o Governo que considera o jogo com repulsa por ser vício – baixar um decreto dizendo não ser mais vício, e o explorasse em seguida. Não vejo outra saída. (*grifos nossos*)⁸⁷

O combate aos jogos de azar era um dos temas mais explorados nos jornais *A Gazeta* e *A Tribuna* durante as décadas de 40 e 50, nono e sexto lugar, respectivamente, conforme dados das Tabelas 2 e 3⁸⁸. Mesmo sendo o jogo de azar elencado na Lei das Contravenções Penais como prática proibida; ainda restariam algumas interrogações sobre o porquê de as campanhas de combate ao jogo terem alcançado tamanha importância naquela época.

Alguns dos motivos do combate aos jogos de azar, explícitos nas próprias reportagens ou artigos: as consequências negativas para a convivência familiar e para o controle financeiro, uma vez que chefes de família passariam noites nas mesas de jogo, longe da família e expondo seus salários ao resultado das apostas; indivíduos que viviam do jogo, sem a necessidade de trabalho formal; trabalhadores que perdiam noites em frente ao “pano verde”, podendo tornar-se menos produtivos no trabalho. Portanto, tais motivos, dentre outros, trariam consequências contrárias aos valores, costumes e instituições importantes para parte da sociedade, não só de Vitória, mas do Brasil: no caso, a família e o trabalho dignificante.

⁸⁶ A TRIBUNA. *Antro de perdição descoberto pela polícia – Menores entregues ao jogo de ronda*. 27 set. 1952.

⁸⁷ MARANGUAPE, Wilson. *O jogo*. In: *A Gazeta*. Vitória, 13 mar. 1949.

⁸⁸ As Tabelas 2 e 3 podem ser encontradas, respectivamente, nas páginas 46 e 47 deste estudo.

E diga-se parte da sociedade, porque a prática do jogo era disseminada entre pessoas de classes sociais e localidades diversas, inclusive entre policiais e autoridades públicas. Talvez, e até por isso, em poucas reportagens os nomes das pessoas detidas eram divulgados.

Futebol nas ruas ou nas praias:

O jogo de futebol na rua ou na praia, a conhecida “pelada”, também frequentava as seções policiais. O futebol, de modo geral, era prática “mal vista” pela sociedade; e praticado nas ruas e nas praias então, era atividade a ser proibida, fiscalizada e reprimida, pois considerada coisa de desocupados. Um exemplo de notícia sobre futebol é “Futebol na Praia”:

Muito temos a lamentar com o que se passa na Praia Comprida, em relação a molecagem desenfreada e desrespeitadora que infesta o nosso apreciável bairro balneário. É que **uma “sucia” de desocupados fazem daquele logradouro campo de futebol**, em pleno **desacato aos transeuntes e à polícia. (grifos nossos)**⁸⁹

Macumba:

Os rituais religiosos afro-brasileiros eram todos denominados indistintamente como macumba quando noticiados nas páginas dos jornais capixabas. E o lugar que lhes era reservado nos jornais era a seção policial. Mais que isso, o termo macumba sempre vinha acompanhado do termo polícia. Nas reportagens e artigos, ou os rituais de macumba eram vítimas de uma “batida” policial, ou eram denunciados pelos jornais, como prática a ser fiscalizada e combatida pelas autoridades policiais, de preferência com uma “batida”.

Um exemplo da ação da polícia contra a macumba noticiada nos jornais é o título “Dona Clotilde e sua macumba pararam no xilindró”:

[...] **um desfacho (sic) de há muito esperado pelos moradores da Ilha do Príncipe e imediações.** [...] a Polícia distrital, em colaboração com a Polícia central, efetuou uma segura batida naquele local,

⁸⁹ A TRIBUNA. *Futebol na Praia*. 25 jan. 1945.

conseguindo apanhar, em pleno dia, funcionando como uma casa de diversões, com todos os seus direitos, uma **verdadeira macumba**, onde os Pais de Santos, Irmãos Xangôs e todos os integrantes da linha de Umbanda estavam presentes. [...] a “Dona do Terreiro” e mais 25 pessoas devotas da Magia Negra, foram parar no xadrez de nossa Polícia Civil [...] Foi um “Deus nos acuda”, entre os “amadores” dos “passes”, “cateretês” e outros utensílios usuais em tais “cerimônias”. [...] **Dizem até que tinha “gente boa”, que conseguiu fugir... na “hora H”.** (*grifos nossos*)⁹⁰

Francisco B. A. Vidigal publica, em *A Gazeta*, uma sequência de cartas-artigos com fortes e preconceituosas críticas a esses rituais religiosos, dentre elas a “7ª Carta de Macumba”:

A série de cartas que estou escrevendo, **vem dando muita dor de cabeça aos frequentadores dos “saudosos retiros”** onde, escandalosamente, processam-se os rituais a **Xangô e Exú**, duas **divindades exóticas, criadas na imaginação da gente supersticiosa**, que, por isso mesmo, é facilmente dominada por alguns **espertalhões**. **Em pleno século das maravilhas da ciência, é dolorosa e até certo ridículo, a romaria sinistra [...] à procura dos perigosos antros** onde, a maior parte das vezes, uma imagem do Nazareno está em franca promiscuidade com garrafas de aguardente, azeite e farinha de mandioca, para o preparo dos celebérrimos despachos no afanoso expediente dos mestres das negregadas emboscadas sob o olhar sinistro do “Chefe”. E assim vai aos poucos, avolumando-se entre nós, o culto aos deuses criados sob espécie de mitologia selvagem que, muito se contrapõe aos passos avançados da civilização cristã. (*grifos nossos*)⁹¹

Menores e moleques:

De modo geral, os menores pobres eram vistos como um problema social incômodo, a ser resolvido pelas autoridades governamentais, mesmo com medidas mais severas, conforme proposta do artigo “Vigilância, atividade, repressão”, na coluna “Fatos da Cidade”:

Vigiando-se com cuidado e esmero [...] aplicarmos tal princípio no que se refere aos menores e aos mendicantes. **A cidade está verdadeiramente infestada de menores abandonados que surgem**, de quando em vez, **quais nuvens de verdadeiros gafanhotos morais**. Vão causando uma série de atividades pecaminosas e que necessitam de correção imediata. A maioria dos que por aí existem, faltam com o respeito aos transeuntes, entram pelos bares às carreiras e aos gritos, insultam, reúnem-se aos marinheiros estrangeiros que aqui aportam, pedindo esmolas, dando

⁹⁰ A TRIBUNA. *Dona Clotilde e sua macumba pararam no xilindró*. 25 ago. 1945.

⁹¹ VIDIGAL, Francisco B.A. *7ª Carta de Macumba*. In: *A Gazeta*, Vitória, 10 set. 1949.

uma nota tristíssima de nossa incapacidade moral. [...] Há uma necessidade premente de agir. **E agir com severidade e vontade.** (*grifos nossos*)⁹²

Os meios de comunicação abordavam a infância e a juventude sob três situações principais: os menores abandonados e que precisavam ser acolhidos pelo Estado; os jovens/ moleques nas ruas, expostos aos riscos e vícios morais; e os jovens/ moleques envolvidos em ações ilegais.

Como sugestão para resolver o “caso dos moleques” indisciplinados, o colunista Lastênio Calmon Júnior sugeria, no artigo “Moleques de Vitória”, a internação em instituições e educação com disciplina:

Já repararam como a nossa linda Capital está infestada de moleques? Não sei se já teve mais. Talvez (sic) sim, pois, os Governos têm feito alguma coisa para retirar da circulação uma porção desses infelizes que têm a desgraça como lar. Maruípe está cheio de garotos. Faz gosto a gente ver aquela meninada. [...] Ordem para tudo. [...] Tudo ali é militarizado. **Parece que o militarismo impõe melhor disciplina àqueles seres instintivamente indisciplinados, pois, foram colhidos na vagabundagem das ruas.** [...] O Asilo Cristo Rei também recolhe um grande número de desamparados. Lá o sistema é diferente, porém, também muito bom. [...] Mas, por que não acabamos de uma vez com os moleques de Vitória e do Espírito Santo. Em todo o Brasil o problema é o mesmo, no entanto, alguns lugares acabaram com essa mancha na sociedade. Porque não damos o último assalto à molecada? [...] **Não posso conceber que Vitória, a nossa encantadora Capital, tenha moleques malfeitores.** Sejam filhos de pobres ou ricos, tenham ou não amparo. Vitória tem que enfrentar o “caso dos moleques”. E tenho fé, eles vão desaparecer. (*grifos nossos*)⁹³

Uma manchete de destaque da seção “Gazeta Policial”, com título “Um ‘cigano’, sua amante e moleque Tião” e subtítulos “Um furto em pleno dia – intrusão em apuros – Um romance interrompido – Um é pouco, dois é bom, três é demais...” narra o envolvimento de um jovem em atos criminosos:

Há muito que a nossa polícia civil andava desconfiada de que o **moleque “Tião”,** já muito nosso conhecido, estava sendo instrumento de terceiros por traz dos bastidores. Porém, demorava esclarecer o assunto, pois, “Tião”, já contando **com 56 entradas na polícia, possui uma lábia extraordinária e alta escola de malandragem.** Sempre arranjava um “cristo” para causar confusão, deixando a polícia em dúvidas para castiga-lo. [...] O **larápio-mirim** contou à polícia que G. havia outra vez falado com ele: - “Tião”, você é muito

⁹² A TRIBUNA. *Vigilância, atividade, repressão*. 23 set. 1947.

⁹³ CALMON JÚNIOR, Lastênio. *Moleques de Vitória*. In: A Tribuna. 16 fev. 1945.

inteligente, vai roubar muito dinheiro que serei sua amante”. Terminando a narrativa dizendo que só podia dormir com G. nos dias em que praticava um furto, fora disso quem manobrava era o “Cigano”. (*grifos nossos*)⁹⁴

As ocorrências policiais com participação de menores tornavam-se cada vez mais comuns nas seções policiais, como no caso do “moleque Tião”, com várias passagens pela polícia e pelos jornais.

As sucessivas manchetes, também transformaram os integrantes da “Quadrilha Mirim” em personagens dos mais conhecidos nas páginas policiais capixabas na década de 1940. Exemplos de manchetes em *A Gazeta*: “‘Gibi’ e ‘Cabeção’ novamente em cena”, de 11 de setembro de 1947; “Quadrilha de menores em ação”, de 18 de agosto de 1949 etc. Manchetes em *A Tribuna*: “Mais uma proesa da quadrilha ‘Mirim’”, de 23 de outubro de 1947; “Em ação a Quadrilha-Mirim”, de 06 de março de 1948; “Em ação a Quadrilha-Mirim”, de 01 de abril de 1948. E uma amostra das ações publicadas em “Novamente a turma do ‘bando mirim’”:

[...] mais uma vez, os integrantes do Bando Mirim, quadrilha que está se organizando para grandes assaltos futuros. Desta vez, foram eles Gibi, Sapo-Boi, Cabeção, Nicanor e o cérebro J., internado há dias no Instituto de Maruípe. Desta feita, conseguiu a turma “furar” uma banca do Mercado da Vila Rubim, de onde levaram 80 cocos, vários sacos vazios, maxixe, quiabo, alface, repolho.⁹⁵

3.3 Indivíduos desconhecidos e perigosos nas páginas policiais de Vitória

Os furtos e os perigosos larápios:

Os indivíduos que praticavam furtos eram chamados pelos jornais, principalmente, de “larápios”. Mas, eram também conhecidos por outros nomes como: “amigos do alheio”, “descuidistas”, “punguistas”, “gatunos”, ladrões.

O adjetivo “perigoso” era utilizado com bastante frequência pelas seções policiais junto ao substantivo “larápio”, mesmo nos casos de furtos de galinhas ou de latas de goiabada. Mas o adjetivo “perigoso” foi se tornando ainda mais

⁹⁴ A GAZETA. *Um “cigano”, sua amante e o moleque Tião*. 06 jul. 1947.

⁹⁵ A TRIBUNA. *Novamente a turma do “bando mirim”*. 29 out. 1947.

frequente ao avançar das décadas de 1940 e 1950, chegando às manchetes de jornais o superlativo “perigosíssimo” para qualificar as situações de furtos ou roubos com a participação de indivíduos estranhos/ desconhecidos na cidade. A seção “Polícia e Ruas” publicou um caso de furto em letras garrafais, com a manchete “Preso perigoso larapio”:

H.S. está se tornando célebre arrombador [...] após quebrar um forte cadiado (sic) e forçar violentamente a porta da Fábrica de Balas [...] dali roubou um despertador de alto valor, 10 quilos de balas e diversos aventais [...] um dos detetives alcançou o larápio, que [...] acabou por confessar todo o roubo, dizendo mais que fizera outros de menor importância.⁹⁶

Os furtos correspondiam à maior parte das ocorrências noticiadas por *A Tribuna*, com 16,7%; e o segundo tipo de ocorrência mais noticiada por *A Gazeta*, com 11,8%. Naquele momento histórico, poucas notícias de roubo (subtração de objeto alheio mediante grave ameaça ou violência) ocupavam as páginas dos jornais; mais raros ainda eram os casos de latrocínio (roubo seguido de morte).

Talvez, por isso, alguns furtos eram noticiados com tom de gravidade e preocupação na época, e que, com o olhar de hoje, poderiam ser percebidos como acontecimentos banais, em situações como no caso da notícia intitulada “Os larápios batem às portas de uma pensão”:

Na noite de ante-ontem os amigos do alheio visitaram a pensão [...] levando 20 latas de Goiabada “Young” e 15 ditas de Marmelada marca “Peixe”. Comunicado o fato à autoridade do dia [...] foi por ele designado para proceder as diligências promovendo a captura dos meliantes.⁹⁷

Mesmo os casos de agressões físicas e de homicídios e tentativas, embora noticiados com certa frequência, não pareciam receber o mesmo tom de gravidade que os furtos.

Já os furtos de galinhas eram bastante comuns nas seções policiais e, algumas vezes, eram citados em tom de preocupação como na notícia intitulada “Continuam a ‘agir’ os amigos do alheio”:

⁹⁶ A TRIBUNA. *Preso perigoso larapio*. 10 jul. 1948.

⁹⁷ A GAZETA. *Os larápios batem à porta de uma pensão*. 03 jul. 1947.

Vitória, ultimamente, vem sendo “**visitada**” **por uma grande e bem organizada quadrilha de larápios**, apesar dos serviços constantes de nossa polícia. Ainda não terminou de ser lida a nota que ontem estampamos em nossas colunas sobre **o roubo de galinhas** e outros “materiais” que se estão dando para os lados da Praia Comprida, e novas notícias chegam. Desta vez, provenientes de Santo Antônio e Vila Rubim. Ali, há vários dias, vêm desaparecendo dos quintais e galinheiros, tudo o que fica no “sereno”. (*grifos nossos*)⁹⁸

A expressão “perigoso larápio” era utilizada frequentemente nas manchetes das seções policiais para se referir a indivíduos que praticavam furtos. Aos olhos de hoje, chamar de perigoso um indivíduo que furta galinhas pode parecer exagerado e até engraçado. Entretanto, é necessário considerar as possíveis diferenças entre a noção atual de perigo, e a noção de perigo para a população de Vitória nas décadas de 1940 e 1950.

Mas, algumas questões podem surgir: os aparentes exageros das manchetes de jornais em relação aos “perigosos larápios” realmente refletiam os sentimentos da maior parte da população da cidade? Ou a preocupação com a criminalidade divulgada pelas seções policiais poderia representar a preocupação de determinados grupos sociais?

Talvez o jornal pudesse funcionar como outro instrumento e como outra forma de controle sobre os fenômenos sociais considerados inadequados, além e diferente dos aparelhos policiais.

Com maior desenvolvimento econômico desde o início da década de 1940, Vitória experimentou um razoável crescimento populacional, e assistiu à chegada de migrantes do interior do Espírito Santo e de outros estados brasileiros.

Tal movimento também refletiu nas páginas policiais capixabas, com a publicação de diversas notícias sobre prisões de “perigosos ladrões” vindos de outros estados e de indivíduos “desconhecidos” ou “estranhos” perambulando pelas “nossas ruas”. A preocupação com os “forasteiros” era mais antiga, mas foi intensificada no final dos anos 1940. Neste sentido, Margotto faz a seguinte análise:

A chegada dos migrantes, a princípio vista com desconfiança pelos antigos moradores e, mais tarde, quando o fenômeno adquire maiores proporções, com laivos de hostilidade [...]. (MARGOTTO, 2001, p. 55)

⁹⁸ A TRIBUNA. *Continuam a “agir” os amigos do alheio*. 09 ago. 1945.

Na notícia com o título “Preso perigoso larápio”, o jornal *A Tribuna* denuncia:

De vez em quando **aportam em nossas plagas indivíduos dos mais indesejáveis possíveis, com o fim único e exclusivo de roubar, roubar e roubar de verdade e de qualquer maneira.** A Polícia de Vila Velha, conjuntamente com a desta Capital, conseguiram botar a mão num **perigosíssimo ladrão**, desses que **roubam até na sombra**, quando, despreocupadamente, passeia (sic) pelas ruas daquela cidade, estudando as possibilidades de entrar em ação em plena festa da Penha. Trata-se de G.O.P., com 24 anos de idade, solteiro, de **profissão “malandro”**, natural do estado **de Pernambuco**, demasiadamente conhecido e “excrachado” (sic) na Polícia do Rio, de São Paulo e de Minas Gerais por onde tem sido processado diversas vezes. (*grifos nossos*)⁹⁹

E a preocupação crescente é denunciada pelo tom grave da notícia intitulada “Arrombadores em Vitória – Vários larápios internacionais desembarcados em nosso porto”:

Vitória tem sido nestes últimos dias, palco de furtos audaciosos, parecendo estarmos frente a uma verdadeira quadrilha de malfeitores, experimentados na senda do crime. [...] fomos surpreendidos por um telefonema de uma pessoa amiga nos cientificando de que nestes últimos dias, saltaram em Vitória 3 perigosos arrombadores e 1 exímio batedor de carteiras.¹⁰⁰

Desta forma, surgiam sugestões para se evitar o desembarque de tantos “elementos maus” em nossa capital, dentre elas a triagem policial nas estações ferroviárias como a de Argolas, em Vila Velha. A sugestão foi publicada na nota intitulada “Novo Delegado de Argolas”:

Sendo Argolas, a Delegacia-chave, onde estão situadas as Estações de Estradas de Ferro é de prever-se uma intensíssima campanha policial de saneamento aos elementos maus que diariamente desembarcam nesta capital.¹⁰¹

⁹⁹ A TRIBUNA. *Preso perigoso larápio*. 30 mar. 1948.

¹⁰⁰ A TRIBUNA. *Arrombadores em Vitória – Vários larápios internacionais desembarcados em nosso porto*. 16 jul. 1949.

¹⁰¹ A TRIBUNA. *Novo Delegado de Argolas*. 05 fev. 1949.

3.4 O jornais como canais de denúncias

Os jornais *A Tribuna* e *A Gazeta* também funcionavam como canais de manifestação e denúncia, podendo ser utilizados pela população de diversas formas e para diversos motivos: para queixas, reclamações e solicitações referentes à melhoria de serviços públicos ou solicitando aumento de policiamento em determinado bairros. Para isso, eram utilizadas tanto as páginas policiais como espaços próprios de opinião (quando existentes).

Muitas vezes as seções policiais denunciavam os abusos de autoridade e/ ou as violências cometidas pelas forças policiais. O jornal *A Gazeta*, como exemplo, por solicitação de um vigia da prefeitura, publicou uma nota intitulada “Violência Policial”:

Ontem, às 23:30, ao notar que se dirigiam para o barracão do qual é vigia, alguns soldados da Força Policial em companhia de várias mulheres, tentou impe (impedi-los?) [...] pois foi respondido com violências por parte dos policiais que tomaram a faca que lhe servia de arma golpeando-o, enquanto outros, ao mesmo tempo, vibraram-lhe violentos socos e correadas. (*grifos nossos*)¹⁰²

Além disso, os jornais *A Tribuna* e *A Gazeta* criaram espaços para leitores atuarem como informantes, com publicação de textos e notícias. Pelas cidades, na capital ou no interior, “os correspondentes” de *A Gazeta* ou “repórteres amadores” de *A Tribuna*, faziam seu “trabalho”, registrando os acontecimentos marcantes do cotidiano.

No caso de *A Tribuna*, o espaço à participação dos leitores fazia a chamada “Atenção repórter-amador!”:

Sabe você de algum caso interessante relacionado com os meios policiais ou de ruas? Assistiu a algum desastre? Viu a prisão de algum ladrão ou encachaçado? Sabe de alguma casa onde o jogo tem palco? Tudo isto serve para que você concorra ao prêmio de 20 cruzeiros que A TRIBUNA distribui semanalmente aos seus leitores que também queiram fazer parte de sua teção (sic) policial, como “reporters-amadores”.¹⁰³

Assim, de certo modo, os leitores transformavam-se em olhos vigilantes dos meios de comunicação a registrar os acontecimentos cotidianos das cidades,

¹⁰² A GAZETA. *Violência policial*. 22 jan. 1947.

¹⁰³ A TRIBUNA. *Atenção repórter-amador!* 11 set. 1945.

sendo os registros publicados, provavelmente, quando em conformidade com a política editorial de cada jornal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O assombro com o fato de que os episódios que vivemos no século XX “ainda” sejam possíveis, não é um assombro filosófico. Ele não gera nenhum conhecimento, a não ser o conhecimento de que a concepção de história da qual emana semelhante assombro é insustentável. (BENJAMIN, 1994, p. 226)

O momento histórico referido por Benjamin na citação acima é o momento em que os regimes fascistas se insinuavam e conquistavam espaços de poder em países europeus. Entretanto, para aqueles que se apoiavam na ideia de progresso constante da humanidade, não parecia plausível que em pleno século XX “ainda” fosse possível o estabelecimento de estados de exceção. Mas, as sequências dos acontecimentos mostraram que sim.

Partindo desse ponto de vista, algumas reportagens ou artigos publicados nos jornais capixabas, nas décadas de 1940 e 1950, podem provocar indignação, estranheza ou humor para os que avaliam seus conteúdos com os olhos do presente e do progresso.

O cuidado se faz necessário. Mas não anula as possibilidades de análise, e também de sentimentos de indignação, estranheza ou humor. E dentre as análises possíveis – uma sugerindo que os fragmentos textuais dos jornais, em seu conjunto, podem funcionar como um documentário com imagens, movimentos, diálogos e expressões de acontecimentos de uma cidade. Não haveria necessidade de categorizações históricas para se deixar envolver nas tramas narradas e tentar compreendê-las. Por isso, a apresentação fragmentada, mas organizada dos assuntos – aliás, a fragmentação típica das notícias e típica dos jornais.

Assim, este estudo sugere que, ao narrar fragmentos do cotidiano da cidade de Vitória, nos anos 40 e 50, os jornais *A Gazeta* e *A Tribuna*, puderam de certa forma determinar o ritmo, extensão e o tom de acontecimentos, enfatizando ou omitindo partes, e sugerindo “soluções”.

Ao analisar o cenário urbano de grandes transformações no Rio de Janeiro, no início do século XX, Bretas sugere que “a percepção de um problema urbano pode resultar na sua criminalização”, e, então, o controle e repressão a delitos

de ordem pública se davam através das ações policiais, pois fazia parte das tarefas da polícia “lidar com os medos da elite”. Entretanto, também haveria “outras formas de controle destas práticas”, além das ações policiais. (BRETAS, 1997, p. 62)

E os meios de comunicação poderiam ser considerados como uma dessas outras formas possíveis de controle sobre práticas, comportamentos e modos de vida considerados inadequados ao conjunto de costumes e valores morais de uma cidade.

Portanto, pode-se considerar que os jornais *A Gazeta* e *A Tribuna*, nas décadas de 40 e 50, funcionavam como espécie de instrumentos normatizadores do cotidiano da cidade de Vitória, resguardando os preceitos de ordem, progresso e moralidade tão repetidos em suas páginas, principalmente nas seções policiais.

A reserva aos valores morais católicos servia como base de crítica aos atos ou faltas consideradas indecentes ou viciosas como a prática do jogo, o meretrício ou a realização de rituais afro-brasileiros. Já o ideal do trabalho dignificante (e assalariado) funcionava como crivo no combate a todos os comportamentos, atividades e modos de vida considerados improdutivos ou contraproducentes como embriaguez, malandragem, falsa mendicância, vida boêmia, prática de jogos etc.

Sendo assim os rituais afro-brasileiros eram sempre noticiados nos jornais como casos de polícia; os jogos de azar, assim como o futebol nas praias ou nas ruas eram descritos como coisas de desocupados; o jogo e a vida boêmia eram considerados fatores contraproducentes ao dia-a-dia dos trabalhadores; alcoolismo, falsa mendicância, malandragem, vadiagem e embriaguez eram modos de vida improdutivos; menores e/ ou moleques nas ruas era motivo de preocupação com o futuro da sociedade; atos de desordem e loucura eram incômodos à rotina ordenada da cidade; “desconhecidos”, “forasteiros” e “suspeitos” eram vistos como potencialmente “perigosos” a uma ordem estabelecida.

Na ânsia de se construir uma cidade em que predominassem, ou mesmo reinassem, as imagens da civilidade, do progresso, da ordem e da moral procurava-se combater, no plano do discurso (também jornalístico) e no plano do controle repressivo (da denúncia ou da abordagem policial),

comportamentos, modos de vida e quaisquer outros vestígios indesejáveis. A disseminação, consciente ou não, de ideias como as de desordem ou perigo social autorizariam o controle normativo do cotidiano da cidade.

As lideranças políticas e econômicas desejavam e os jornais propagandeavam o progresso urbano e a ordem social para Vitória, e sem a presença dos cenários e personagens indesejáveis. Mas, apesar de todos os esforços e de todas as repetições, os suspeitos, vadios, malandros, “desconhecidos”, “amigos da uca”, marinheiros, moleques, boêmios, desordeiros, “decaídas”, “Madalenas”, “irmãos de Xangô” ou “mães de Santos”, viciados, “julietas” e “romeus” e jogadores não cessaram de aparecer, na cidade e nas páginas dos jornais. Pois, as possibilidades de ordem urbana e moral, senão em aparência ou em sonhos autoritários, não seriam alcançáveis. E nem mesmo desejadas por todos e da mesma forma.

Também, apesar de todos os esforços, o desejo expresso nos jornais de padronização dos espaços urbanos, de elaboração de um cenário “ordenado” e civilizado para Vitória, a despeito da vontade de parte da população, não foram bastante para afastar do centro urbano os cenários indesejáveis representados por alguns bairros como Vila Rubim e Ilha do Príncipe, que permanecem até hoje com suas peculiaridades.

E também a mídia continua a criar realidades e a redirecionar olhares. E a ideologia do progresso permanece, assim como as “necessidades” de ordenação urbana e/ ou social, agora combinadas ao “politicamente correto”.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa: Brasil, 1900-2000**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.
- BENJAMIN, Walter. *Sobre o conceito de história*. In: **Obras escolhidas, volume I: magia, técnica, arte e política**. 7ªed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994. (p. 222-232)
- BOURGUIGNON, Juliana; REZENDE, Letícia; ARRUDA, Patrícia. *A Gazeta: uma longa história de tradição e transformações*. In: **Impressões capixabas – 165 anos de jornalismo no Espírito Santo**. Vitória: Departamento de Imprensa Oficial do Espírito Santo, 2005.
- BRETAS, Marcos Luiz. **Ordem na cidade – O exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro: 1907-1930**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- BURKE, Peter. **Uma História Social do Conhecimento: de Gutenberg a Diderot**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.
- BURKE, Peter. *A cidade pré-industrial como centro de informação e comunicação*. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, Vol.8, nº 16, 1995 (p. 193-203)
- CAMPOS JÚNIOR, Carlos Teixeira de. **A história da construção e das transformações da cidade**. Vitória: Cultural-es, 2005.
- CAMPOS JÚNIOR, Carlos Teixeira de. **O novo arrabalde**. Vitória: PMV, Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, 1996.
- CHARTIER, Roger. **A história cultural – entre práticas e representações**. 2ª Ed. Algés – Portugal: DIFEL, 2002.
- CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque**. 2ª ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2001.
- DIAS, Aline; BRITTO, Cristiane; MORATI, Elton; RANGEL, Flávia; LEAL, Gabriela. *Imprensa e política nos governos de Muniz Freire e Jerônimo Monteiro*. In: **Quase 200 – A imprensa na história capixaba**. Vitória: DIO, 2008. (p. 103-119)

FAUSTO, Boris. **Crime e cotidiano – A criminalidade em São Paulo (1880-1924)**. 2ª Ed. São Paulo: EDUSP, 2001.

GUAZINA, Liziane. *O conceito de mídia na comunicação e na ciência política: desafios interdisciplinares*. In: **Dossiê mídia e política**. Vol. I, nº 1, Porto Alegre: Revista Debates, jul-dez, 2007.

MARGOTTO, Lilian Rose. *As transformações do espaço urbano sob o olhar da imprensa: a chegada dos forasteiros e do progresso à cidade de Vitória(ES, 1940-1960)*. In: **Dossiê: autoritarismo, repressão, memória II**. Vitória: Dimensões – Revista de História da UFES, nº 13, 2001. (p.51-59).

MELO, Ana Paula Jesus de. *Ensaio para uma genealogia da suspeição nacional: capoeiras, malandros e bandidos*. In: **Clio-Psychê Hoje: fazeres e dizeres psi na história do Brasil**. Parte V: Violência, suspeição e subjetividades. Rio de Janeiro: RelumeDumará: FAPERJ, 2001. (p.179-204)

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. *Jornalismo, literatura e política: a modernização da imprensa carioca nos anos 1950*. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, nº 31, 2003. (p. 147-160)

SARZ, Luiz Alberto. *Mídia e produções de subjetividade: questões da cultura*. In: **Mídia e psicologia: produção de subjetividade e coletividade**. 2ª ed./ Conselho Federal de Psicologia. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2009. (p. 101-108)

SILVA, Janaina; DUARTE, Roberta; ALVES, Shamylye; RUTH, Sylvia. *Pós-guerra, pré-golpe: a mídia capixaba de 1945 a 1964*. In: **Quase 200 – A imprensa na história capixaba**. Vitória: DIO, 2008. (p. 38-53)

SILVA, Marta Zorzal. **Espírito Santo: Estado, interesses e poder**. Volume I. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas – FGV, 1986.

SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzaró. **O Porto de Vitória – Expansão e Modernização. 1950-1993**. Vitória: CODESA, 1994.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

SOPRANI, Joel. *História de A Tribuna*. In: **Aspectos históricos da imprensa capixaba**. Vitória: EDUFES, 2010. (p. 131-136)

THOMPSON, John B.. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. Petrópolis: Vozes, 2011.

VASCONCELLOS, João Gualberto Moreira. *A construção dos imaginários de Vitória*. In: **Vitória – Trajetórias de uma cidade**. Vitória: Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo – IHGES, 1993.

VAZ, Paulo Roberto. *Mídia e produções de subjetividade: questões da violência*. In: **Mídia e psicologia: produção de subjetividade e coletividade**. 2ª ed./ Conselho Federal de Psicologia. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2009. (p. 221-228)

VIANNA, George; TETE, Gleyson; NUNES, Guido. *A Tribuna: memórias de um jornal sem registros*. In: **Impressões capixabas – 165 anos de jornalismo no Espírito Santo**. Vitória: Departamento de Imprensa Oficial do Espírito Santo, 2005.